BRASBUNKER PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.931.019/0001-02

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as. as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, bem como o parecer dos auditores independentes. Cordialmente, a Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31/12/16 e 2015 (Em MR$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/16	31/12/15 Reapresentado	31/12/16	31/12/15 Reapresentado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	15.998	10.291	22.095	13.645
Títulos e valores mobiliários	5	373	4.490	436	4.490
Contas a receber de clientes	6	47.515	49.746	80.411	81.037
Estoques	7	9.411	11.963	56.465	67.464
Adiantamentos a fornecedores	8	94.990	60.171	83.167	78.115
Tributos a recuperar	9	25.430	38.346	38.823	46.171
Despesas antecipadas		5.240	3.695	8.135	5.117
Depósitos vinculados	10			20.983	20.340
Ativo mantido para venda	11	-	250	55	500
Outras contas a receber				17	19
		198.956	178.952	310.387	316.908
Ativos de operações descontinuadas	27	8.606	12.922	20.915	27.928
Não circulante		1.506.957	1.626.207	2.390.315	2.683.296
Contas a receber de partes relacionadas	13	46.293	72.834	-	-
Depósito vinculado	10	-	1	60	24.041
Depósitos judiciais e caução	21	1.874	2.819	5.831	5.976
Imposto de renda e CS diferidos	12	163.778	209.303	217.048	228.926
Investimentos em empresas controladas					
extras	14	336.462	434.433	-	-
Imobilizado	15	931.122	892.416	2.159.795	2.409.327
Intangível	16	7.428	14.401	7.781	15.026
Total do ativo		1.684.519	1.818.081	2.721.817	3.028.132

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/16	31/12/15 Reapresentado	31/12/16	31/12/15 Reapresentado
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	22.407	43.763	64.749	157.285
Debêntures emitidas	18	5.290		5.290	
Fornecedores	19	40.705	44.740	77.832	102.394
Salários e encargos sociais a pagar e provisões		21.877	15.768	42.482	27.827
Impostos taxas e contribuições	20	25.889	37.380	48.488	58.336
Tributos parcelados	20.1	4.094	459	7.260	470
Adiantamentos de clientes		160	90	217	3.469
Outras contas a pagar		1.820	742	54.227	2.250
		120.119	142.942	246.590	352.773
Passivo de operações descontinuadas	27	-	43.763	64.749	157.285
Não circulante:		1.186.342	1.233.813	2.082.371	2.226.847
Empréstimos e financiamentos	17	942.651	1.077.536	1.894.140	2.160.070
Debêntures emitidas	18	164.541	46.526	164.541	46.526
Contas a pagar de partes relacionadas	13	21.781	91.117		
Tributos parcelados	20.1	5.355	3.368	15.088	3.387
Provisão para contingências	21	7.884	6.369	18.147	15.981
Outras contas a pagar		445	886	445	883
Provisão para passivo a descoberto	14	44.409	8.011		
Patrimônio líquido	22	378.858	441.326	381.748	446.865
Capital social		108.795	108.795	108.795	108.795
Reservas de lucros		-	(84)	-	(84)
Reserva de capital		816.411	816.495	816.411	816.495
Outros resultados abrangentes		(135.936)	(269.421)	(135.936)	(269.421)
Prejuízo acumulado		(411.212)	(214.459)	(411.212)	(214.459)
		378.058	441.326	378.058	441.326
Participação de não controladores		-	-	3.690	5.539
Total do passivo e patrimônio líquido		1.684.519	1.818.081	2.721.817	3.028.132

Demonstrações dos fluxos de caixa 31/12/2016 e 2015 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos sobre renda operações em continuidade	(92.902)	(80.621)	(183.477)	(86.063)
Prejuízo antes dos impostos sobre renda operações descontinuadas	(2.235)	2.697	(3.192)	3.853
	(172.207)	(77.924)	(186.670)	(82.211)
Ajustes de fluxo sem desembolso de caixa para conciliação do lucro com fluxo de caixa				
Participação de não controladores	-	-	-	958 (1.156)
Imposto de renda e contribuição social	(25.525)	(8.928)	(12.020)	(14.370)
Perda ao valor recuperável do imobilizado	(6.285)	(41.889)	(5.830)	(41.889)
Resultado de equivalência patrimonial	(41.798)	55.867	-	-
Provisão para perda de estoque	250	100	133	100
Resultado financeiro	97.371	100.417	155.781	149.893
Provisão para perdas de liquidação duvidosa	(8.837)	2.591	(8.839)	2.216
Provisão (reversão) para contingência	(715)	7.360	(2.166)	9.411
Depreciação	51.580	29.986	136.195	102.797
	76.978	67.561	77.543	(24.790)
Ajustes de capital de giro em ativo				
Clientes	2.330	2.485	626	(11.988)
Estoques	2.552	(2.712)	10.999	11.257
Adiantamentos a fornecedores	(4.818)	(29.073)	(5.052)	(15.997)
Tributos a recuperar e impostos diferidos	38.441	(25.847)	19.431	(35.587)
Contas a receber de partes relacionadas	26.541	234.246	-	-
Outras contas a receber	250	7.555	449	7.636
Despesas antecipadas	(1.554)	279	(3.018)	2.050
Depósitos judiciais e caução	945	320	345	(398)
Ajustes de capital de giro em passivos				
Fornecedores	(4.035)	17.685	(24.762)	57.314
Salários, encargos sociais e provisão de férias	5.308	(2.485)	14.655	4.315
Impostos taxas e contribuições	(5.868)	23.305	8.612	38.854
Contas a pagar coligadas	(69.336)	(182.865)		
Provisão para contingências	715	(7.360)	2.166	(9.411)
Dividendos a pagar	-	(6.922)	-	(6.922)
Adiantamento a clientes	70	(3.261)	(3.253)	119
Outras contas a pagar	(245)	1.615	(2.478)	3.845
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	68.174	94.530	96.263	169.854
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	4.118	10.676	4.055	10.676
Depósitos vinculados	(0)	(25.715)	(23.342)	(2.432)
Aquisição de intangível (exceto ágio)	-	(437)	(45)	(651)
Resultado de venda de imobilizado	(463)	(18)	(5.577)	(3)
Aquisição de imobilizado	(34.819)	(54.282)	(43.869)	(207.781)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(31.164)	(69.758)	(68.778)	(200.188)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, juros incorridos e variação cambial	51.906	115.378	91.814	219.107
Pagamento de empréstimos	(83.220)	(141.742)	(112.698)	(187.617)
Aquisição de participação de não controladores	-	-	1.849	(3.549)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	31.314	(26.364)	(19.035)	27.942
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	5.696	(1.592)	8.450	(2.393)
Demonstração da variação em caixa e equivalente de caixa				
Caixa e equivalente de caixa no início de exercício	10.291	11.883	13.645	16.038
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	15.987	10.291	22.095	13.645
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	5.696	(1.592)	8.450	(2.393)

Demonstrações dos resultados em 31/12/16 e 2015 (Em MR$)

	Nota	Controladora 31/12/16	Controladora 31/12/15	Consolidado 31/12/16	Consolidado 31/12/15
Receita líquida	23	36.312	31.199	49.170	49.070
Custo dos serviços prestados e de mercadorias vendidas		(160.566)	(268.858)	(229.759)	(328.102)
Depreciações de amortizações		(45.139)	(21.535)	(123.563)	(88.556)
Lucro bruto		127.959	71.529	77.877	81.412
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas		(48.047)	(17.376)	(60.164)	(27.460)
Despesa com pessoal		(10.000)	(21.838)	(35.477)	(34.868)
Depreciações e amortizações	24	(7.853)	(2.451)	(12.833)	(14.242)
Despesas tributárias		2.691	(1.235)	2.623	(1.755)
Resultado de equivalência patrimonial		14 (141.798)	(55.867)		
Resultado antes do resultado financeiro	26	4.427	53.924	78	60.743
Receitas financeiras		(72.601)	19.796	(27.096)	63.830
Despesas financeiras		24 (97.371)	(100.417)	(155.781)	(149.893)
Prejuízo antes da CS e do IR		(169.972)	(80.621)	(183.477)	(86.063)
Imposto de renda e contribuição social	12	-	-	-	-
Imposto de renda		(18.768)	6.565	(8.832)	10.253
Contribuição social		(6.757)	2.363	(3.189)	4.117
Prejuízo antes da participação dos acionistas não controladores		(195.497)	(71.693)	(195.498)	(71.693)
Operações descontinuadas					
Lucro (Prejuízo) após impostos do exercício das operações descontinuadas	27	(2.235)	2.697	(3.192)	3.853
Prejuízo do exercício		(197.732)	(68.996)	(198.690)	(67.840)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores		-	-	958	(1.156)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores		(197.732)	(68.996)	(197.732)	(68.996)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2016 e 2015 (Em MR$)

	Controladora 31/12/16	Controladora 31/12/15	Consolidado 31/12/16	Consolidado 31/12/15
Outros resultados abrangentes				
Prejuízo do exercício	(197.732)	(68.996)	(198.690)	(67.840)
Ganho líquido/ perda de flute de caixa, líquido de impostos	174.662	(361.905)	174.662	(361.905)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(41.177)	(108.643)	(41.177)	108.643
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(64.247)	(322.258)	(65.205)	(321.102)
Atribuível a				
Acionistas controladores	(63.268)	(322.258)	(64.247)	(322.258)
Acionistas não controladores	-	-	(958)	1.156

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento (27.812) (27.812) 27.442 27.442

Redução líquida em caixa e equivalente de caixa (1.592) (1.592) (2.393) (2.393)

Demonstração da variação em caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa no início do exercício 11.883 11.883 16.038 16.038

Caixa e equivalente de caixa 10.291 10.291 13.645 13.645

Redução/ Aumento líquida em caixa e equivalente de caixa (1.592) (1.592) (2.393) (2.393)

3. Sumário das principais práticas contábeis: 3.1. **Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Controladora, suas controladas e controladas em conjunto, nas quais as participações estão compostas como segue:

Razão social	% de participação 31/12/16 Direta	Indireta	% de participação 31/12/15 Direta	Indireta
Navegação São Miguel Ltda.	100,00%	-	100,00%	-
HDG Serviços Ambientais Ltda.	100,00%	-	100,00%	-
Boldim Ltd.	100,00%	-	100,00%	-
Navemetro Serviços de Navegação Ltda.	100,00%	-	100,00%	-
Avimoy Company S.A.	100,00%	-	100,00%	-
Boldim S.A. (i)	-	100,00%	-	100,00%
Flandlefor Finance S.A. (i)	-	100,00%	-	100,00%
Ballister Holding S.A. (i)	-	100,00%	-	100,00%
RRC Robótica Submarina S.A. (ii)	70,00%	-	70,00%	-
Subsea Robotics LP (ii)	-	70,00%	-	70,00%
Subsea Robotics Services Ltd. (iii)	-	70,00%	-	70,00%

(i) Empresa controlada pela Avimoy Company S.A.; (ii) Empresa controlada em conjunto operação descontinuada; (iii) Empresa controlada pela RRC Robótica Submarina S.A. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado das empresas controladas corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das controladas; (iii) eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as sociedades controladas e coligadas e sociedades controladas incluídas na consolidação são coincidentes com as da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. **3.2. Reconhecimento de receita:** Uma receita é reconhecida na medida que for provável que os benefícios econômicos de transações gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável: a) Receita de serviços: A receita de serviço é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrado no momento da prestação dos serviços. b) Receita de juros: A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados sobre a vida estimada do instrumento financeiro ou de um período mais curto, quando apropriado. c) Receita de venda de mercadorias: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos produtos são transferidos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **3.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas na demonstração de resultado e especial da Companhia. Em Real, mesma moeda de preparação das suas demonstrações financeiras. A moeda funcional das controladas Boldim Ltd. e Avimoy Company S.A. é o dólar dos Estados Unidos da América. Para a controlada Boldim Ltd. a moeda do ambiente econômico, onde a Administração opera e gera os seus fluxos de caixa, financeiro e operacional em relação à Companhia, seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pela taxa das médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimento decorrente de variação cambial são registradas em conta de ajuste acumulado de conversão do patrimônio líquido do patrimônio líquido da Companhia. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancarias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de aquisição) que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento de seus compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Investimentos financeiros com vencimento superior a três meses eéou que não estejam mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo não classificados como equivalentes de caixa, a depender do período original de prazo de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e ajustados a mercado sendo o ganho ou perda registrado no resultado do período. **3.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade de terceiros, líquido de impostos e encargos sociais, e ajustado a valor provável dos créditos de difícil liquidação. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de contas com parcelas em atraso e em montante considerável suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **3.6. Investimentos em controladas:** Conforme requerido pela ICPC 09 - Demonstrações financeiras individuais, demonstrações financeiras Separadas, demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Sendo os demonstrativos financeiros utilizados para a Elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, que no caso da Companhia, não estão sendo apresentadas. Uma controlada é entidade sob o controle da Companhia, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Sob o método de equivalência patrimonial, o investimento em controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionando-se as mudanças após a aquisição da participação societária da Companhia na controlada. Os ágios decorrentes da aquisição de controladas são registrados como ativos e são anualmente submetidos a teste de redução ao valor recuperável, conforme o pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no momento em que o valor contábil, recebendo o montante na demonstração do resultado. **3.7. Ativo circulante mantido para venda e resultado de operações descontinuadas:** A Companhia classifica um ativo circulante como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de uma venda, e não por meio do uso. Para que esse seja o caso, o ativo ou grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeitas apenas a termos usuais e habituais para vendas de tais ativos nos para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, a administração deve ter comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Também o ativo mantido para venda deve ser colocado à venda por um preço razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação. O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e seu valor justo menos custos de venda. Os ganhos e perdas não realizados, se aplicáveis, são reconhecidos por meio de ajuste a valor justo menos custos de venda. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e seus controladas, são eliminados na proporção da participação da Companhia. Imediatamente após adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas coligadas e controladas. A Sociedade determinou, em cada data de balanço, se há evidência de que os ativos não financeiros, exceto os investimentos nas coligadas e controladas sofreram perda por redução do valor recuperável. Se assim for, calcula-se o montante da perda por redução ao valor como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado. **3.7. Ativo circulante mantido para venda e resultado de operações descontinuadas:** A Companhia classifica um ativo circulante como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de uma venda, e não por meio do uso. Para que esse seja o caso, o ativo ou grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeitas apenas a termos usuais e habituais para vendas de tais ativos nos para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, a administração deve ter comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Também o ativo mantido para venda deve ser colocado à venda por um preço razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação. O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e seu valor justo menos custos de venda. Os ganhos e perdas não realizados, se aplicáveis, são reconhecidos por meio de ajuste a valor justo menos custos de venda. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Sociedade

Continuação ►►►

10. Depósitos vinculados:

	Consolidado 2016	2015
Depósitos vinculados	21.043	44.385
	21.043	44.385
Circulante	20.983	20.344
Não Circulante	60	24.041

A Controlada Boldini Ltd. possui o montante de R$21.043 em 31/12/16, referente a recursos postos à disposição da Controlada a partir da autorização da Maritime Administration ("MARAD"), órgão ligado ao Departamento de Transporte do Governo Federal dos Estados Unidos (U.S. Department. of Transportation), para a construção de 5 embarcações em estaleiro americano e Eastern Shipbuilding Group ("ESG"). Em 31/12/16, o saldo de depósitos vinculados atrelados a construção totaliza o montante de R$21.043, para fazer frente aos pagamentos previstos para os próximos exercícios estimados com base no fluo do financiamento da dívida obtida conforme contrato de construção das embarcações.

11. Ativo circulante mantido para venda:

	Controladora 2016	2015	Consolidado 2016	2015
Ativo mantido para venda	-	504	508	2.645
Perda por redução ao valor recuperável	-	(654)	(454)	(2.145)
	-	250	55	500

A companhia avalia periodicamente a existência de eventos que possam alterar valores não mensuráveis dos ativos mantidos para venda, sendo assim mantida uma perda por redução ao valor recuperável das embarcações offshore e apoio portuário no valor de R$ 454 em 31/12/16 (R$ 2.145 em 31/12/15) para que o valor contábil dos ativos no grupo de alienação fosse reduzido ao valor justo menos o custo de venda. Não houve recebimento de novas perdas no resultado durante o exercício vigente. As embarcações mantidas para venda estão demonstradas a seguir:

Embarcação mantida para venda	Empresa proprietária	Custo	Redução ao valor recuperável	Valor contábil líquido
Fernanda M	Boldini S.A.	189	(189)	-
Grande River	Boldini S.A.	198	(198)	-
Jesse O	Boldini S.A.	204	(204)	-
Guaxindiba	Navemestra	250	(250)	-
Linzee III	Brasbunker	190	(190)	-
São Miguel XVII	Brasbunker	714	(714)	-
Mar Limpo I	Navegação São Miguel	500	(454)	55
		2.254	(2.189)	55

12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: A Companhia e suas controladas de acordo com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pela Companhia e suas controladas. Com o advento da Lei nº 12.973 de 13/05/2014, foi editado os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/2007 – RTT, os quais passaram a incorporar, a partir de 1º/01/15, o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua dedutibilidade ou não. A empresa está estudando a viabilidade da adesão ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituída pela Medida Provisória nº 766/2017 e normatizada pela Receita Federal do Brasil através da Instrução Normativa 1.687 de 01/02/2017. Aderindo ao programa, a empresa poderá utilizar créditos fiscais, de especial crédito de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, para quitar parte dos débitos em aberto. Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	Controladora 2016	2015	Consolidado 2016	2015
Prejuízo fiscal	126.979	126.979	150.423	141.428
Base negativa de CS	46.792	46.792	54.152	50.915
Benefício fiscal	8.742	15.405	8.742	15.405
Provisão para contingências	(795)	(898)	2.609	1.338
Provisão demais adições/exclusões temporárias	22.861	37.677	29.443	43.182
IR e CS diferidos ativo	208.079	226.955	245.365	252.481
Custo atribuído a nova vida útil	(15.141)	(18.480)	(18.151)	(7.385)
Variação cambial investimento no exterior	(9.160)	(9.160)	(9.160)	(9.160)
IR e CS diferidos passivo	(24.301)	(19.952)	(28.317)	(23.555)
Impostos ativos e passivos diferidos, líquidos	183.778	209.303	217.048	228.926

A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computadas de acordo com o CPC 32, a Companhia e suas controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
2017	57.633	88.584
2018	2.497	3.445
2019	8.787	4.402
2020	10.099	5.741
2021	10.116	6.455
2022	12.931	9.371
2023	18.614	13.789
2024	22.036	16.749
2025	25.371	19.686
2026	28.792	24.006
2027	240	24.362
2028	240	27.024
2029 a 2031	721	1.751
	208.079	245.365

12.1. IR diferido: Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como uma indicativa de resultados futuros da Companhia e suas controladas. Os impostos diferidos ativos ocorrem, basicamente, em função da contabilização de custo atribuído, da reserva de reavaliação, a diferença da nova vida útil sobre as embarcações em relação à depreciação fiscal. A realização dos impostos diferidos ativos referente ao custo atribuído e da reserva de reavaliação são realizados na medida em que o ativo for depreciado.

12.2. Reconciliação da despesa do imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora IR 2016	2015	CS 2016	2015
Prejuízo antes dos impostos	(160.972)	(80.621)	(160.972)	(80.621)
Operações descontinuadas	(2.235)	2.697	(2.235)	2.697
Adições e exclusões líquidas permanentes	(35.879)	64.573	(35.879)	64.573
Outras exclusões (adições) temporárias, líquidas	(15.901)	(69.264)	(15.901)	(69.264)
Outras exclusões (adições) temporárias, líquidas (Lei11.941/09 - RTT)	136.165	(396.960)	136.165	(396.960)
Prejuízo ajustado	(87.822)	(479.575)	(87.822)	(479.575)
Alíquotas aplicáveis	25%	25%	9%	9%
Créditos fiscais constituídos de IR e CS diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa	-	31.762	-	11.434
Créditos fiscais constituídos de IR e CS diferidos sobre benefício fiscal	(4.899)	(4.899)	(1.764)	(1.764)
Créditos fiscais constituídos de IR e CS diferidos sobre adições e exclusões temporárias	(13.869)	(20.298)	(4.993)	(7.307)
Receita com IR e CS	(18.768)	6.565	(6.757)	2.363
Despesa IR e CS corrente				
Receita IR e CS diferidos	(18.768)	6.565	(6.757)	2.363

	Consolidado IR 2016	2015	CS 2016	2015
Prejuízo antes dos impostos	(183.477)	(100.204)	(183.477)	(100.204)
Operações descontinuadas	(3.192)	(3.853)	(3.192)	(3.853)
Ágio	-	-	-	-
Outras adições e exclusões líquidas permanentes	(61.942)	65.009	(61.942)	65.009
Outras exclusões (adições) temporárias, líquidas	(10.904)	(67.460)	(10.904)	(67.460)
Outras exclusões (adições) temporárias, líquidas (Lei 11.941/09 - RTT)	135.835	(397.028)	135.835	(397.028)
Compensação de prejuízo fiscal (limitado a 30%)	(210)	-	(210)	-
Prejuízo ajustado	(123.890)	(503.536)	(123.890)	(503.536)
Alíquotas aplicáveis	25%	25%	9%	9%
IR e CS correntes (Eng. HDG)	(98)	-	(44)	-
Créditos fiscais constituídos de IR e CS diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa	8.903	35.330	3.238	12.718
Créditos fiscais constituídos de IR e CS diferidos sobre benefício fiscal	(4.899)	(4.899)	(1.765)	(1.764)
Créditos fiscais constituídos de IR e CS diferidos sobre adições e exclusões temporárias	(12.828)	(20.178)	(4.618)	(6.837)
Receita com IR e CS diferidos	(8.824)	10.253	(3.145)	4.117
Despesa IR e CS corrente	(98)	-	44	-
Receita IR e CS diferidos	(8.734)	10.253	(3.145)	4.117
Receita com IR e CS	(8.832)	10.253	(3.189)	4.117

13. Partes relacionadas: As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, observadas as políticas e diretrizes da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de formação de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Em relação aos motivos realizados entre controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade pontuais de caixa desta sociedades para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes e aprovados pelos órgãos da administração. Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

Partes relacionadas	Controladora 31/12/16 Ativo Não circulante	Passivo Não circulante	Controladora 31/12/15 Ativo Não circulante	Passivo Não circulante
Navegação São Miguel Ltda.	-	4.109	-	6.508
HDG Serviços Ambientais Ltda.	-	36	16.936	-
Boldini S.A.	-	11.217	3.978	28.891
Boldini Ltd.	31.452	6.277	37.694	45.394
Navemestra	10.554	-	10.480	9.974
RRC Robótica Submarina S.A.	4.287	142	3.746	350
	46.293	21.781	72.834	91.117

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado da controladora:

Razão Social	Controladora 31/12/16 Manutenção em embarcações	Aretamento	Serviços prestados	Controladora 31/12/15 Manutenção em embarcações	Aretamento	Serviços prestados
Navegação São Miguel	(3.154)	-	13.652	-	(1.601)	-
Boldini S.A.	-	(27.749)	-	-	(35.909)	-
Navemestra	-	(12.900)	-	-	7.400	-
	(3.154)	(14.849)	13.652	(1.601)	(28.509)	-

Adicionalmente a controladora possui operações de débitentes com a acionista conforme descrito na Nota 18.

14. Investimentos (controladora):

	Informações relevantes sobre as investidas Total do ativo	Total do passivo	Total Patrimônio líquido	% Participação do exercício	da Companhia no capital social	2016 Saldo de investimento	Resultado de equivalência	2015 Saldo de investimento	Resultado de equivalência
Navegação São Miguel Ltda.	(201.153)	(187.549)	(13.604)	(14.699)	100%	32.604	(14.699)	168.304	(8.644)
HDG Serviços Ambientais Ltda.	13.818	4.593	9.226	(206)	100%	9.226	206	-	(3.132)
Avimoy Company S.A.	53.571	128.514	174.085	16.269	100%	174.085	(16.269)	236.736	7.571
Boldini Ltd. (i)	887.123	931.607	(44.485)	(28.361)	100%	-	(28.361)	36.590	(43.528)
Navemestra Serviços de Navegação Ltda.	113.400	55.779	57.621	17.242	100%	57.621	(17.242)	72.923	(4.061)
						334.536	(126.365)	444.553	(52.794)
Lucro não realizado entre empresas do grupo						(43.932)	(15.433)	(28.500)	(3.073)
Capitalização de juros controlada (ii)						52.911	-	25.433	-
Provisão para perda de valor recuperável (IV)						(7.853)	-	(7.853)	-
						336.462	(141.798)	434.433	(55.867)
Operação descontinuada RRC Robótica Submarina S.A. (iii)	32.365	20.070	12.295	2.235	70%	8.606	(2.235)	12.922	2.697
Investimentos com operações descontinuadas						8.606	(2.235)	12.922	2.697

(i) Em 31/12/16, a controlada Boldini Ltd apresentou patrimônio líquido negativo e o saldo de investimento da Brasbunker esta registrado no passivo não circulante, como Provisão para passivo a descoberto. (ii) A partir do exercício de 2013, a Companhia registra na rubrica de investimento a capitalização de juros dos empréstimos tomados para construção de navios em suas controladas diretas. Os juros capitalizados na Controladora são apresentados no Imobilizado para fins de consolidação do Grupo. (iii) Ao final do exercício de 2013 a Administração da Companhia decidiu por descontinuar o investimento no segmento de Robótica Submarina, sendo a empresa RRC Robótica Submarina S.A. classificada como operação descontinuada, reconhecendo esta perda no resultado de exercício. Em 31/12/2014 a Companhia constituiu provisão para perda de valor recuperável em sua investida classificada como operação descontinuada, reconhecendo esta perda no resultado do exercício. Ao final do exercício de 2014, a Brasbunker reconheceu perda por redução ao valor recuperável de seu investimento na controlada RRC Robótica S.A., no montante de R$ 7.053, valor este proporcional ao seu percentual de participação societária nessa empresa. Tal perda decorreu da ausência de perspectiva de realização de recursos financeiros junto ao mercado. Com isso, a Companhia manteve esta provisão para perda no exercício de 2016.

15. Imobilizado

Custo ou avaliação:	Embarcações	Imobilizado em Andamento	Benfeitorias em Embarcações	Controladora Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Outros imobilizados	Total
Em 31/12/15	774.852	128.329	81.500	13.071	20.981	26.751	1.045.284
Adições	14.253	48.124	7.030	-	7.937	682	78.026
Transferências entre empresas do Grupo	-	-	(70)	-	(12)	(272)	(354)
Transferências	887	(887)	(2)	-	-	2.361	2.359
Alienações	-	(51)	(3)	-	(734)	(124)	(912)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	6.285	-	-	-	6.285
Em 31/12/16	789.792	175.515	94.740	13.071	28.182	29.398	1.130.688
Depreciação:							
Em 31/12/15	(76.671)	-	(54.102)	(1.216)	(12.309)	(8.577)	(152.878)
Despesa de depreciação no exercício	(23.202)	-	(17.933)	(252)	(2.906)	(1.529)	(45.822)
Transferências entre empresas do Grupo	-	-	19	-	1	23	43
Transferências	-	-	2	-	(1.144)	(2)	(1.144)
Alienações	-	-	1	-	126	98	225
Em 31/12/16	(99.873)	-	(72.013)	(1.471)	(16.232)	(9.987)	(199.576)
Valor Residual Líquido:							
Em 31/12/15	697.981	128.329	27.398	11.852	8.682	18.174	882.416
Em 31/12/16	689.919	175.515	22.727	11.600	11.950	19.411	931.112

Custo ou avaliação:	Embarcações	Imobilizado em Andamento	Benfeitorias em Embarcações	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Estaleiro	Outros imobilizados	Total
Em 31/12/15	2.045.424	363.400	136.418	14.286	114.345	98.980	35.246	2.808.099
Adições	14.259	48.398	13.865	308	9.017	-	1.147	86.994
Transferências entre empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	198.794	(198.794)	(2)	-	-	-	2.361	2.359
Alienações	(9.178)	(712)	(1.193)	-	(1.893)	-	(192)	(13.108)
Ajuste Cambial	(185.228)	(39.210)	(2.667)	-	(9.559)	-	-	(236.664)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	6.285	-	-	-	-	6.285
Em 31/12/16	2.064.071	173.082	152.706	14.594	111.910	98.585	38.562	2.654.572
Depreciação:								
Em 31/12/15	(200.778)	-	(80.837)	(1.314)	(73.898)	(17.395)	(13.159)	(388.379)
Despesa de depreciação no exercício	(79.626)	-	(26.447)	(304)	(13.210)	(4.476)	(2.121)	(126.184)
Transferências entre empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	4.359	-	1.192	-	267	-	144	5.962
Transferências	-	-	2	-	(1.144)	-	(2)	(1.144)
Ajuste Cambial	16.751	-	1.955	-	6.531	-	-	25.237
Perdas	-	-	-	-	731	-	-	731
Em 31/12/16	(259.293)	-	(104.135)	(1.618)	(79.521)	(21.871)	(15.138)	(494.777)
Valor Residual Líquido:								
Em 31/12/15	1.844.646	363.400	42.781	12.974	41.248	82.191	22.087	2.409.327
Em 31/12/16	1.804.778	173.082	35.770	12.978	32.048	77.714	23.424	2.159.795

Capitalização de juros: A Companhia capitalizou juros incidentes sobre os contratos relacionados à disponibilização de recursos a serem aplicados nas obras de construção de ativos em 2016, no valor de R$277,478 (R$34,874 em 31/12/15), referentes aos contratos de empréstimos. **Teste de impairment:** De acordo com o CPC 01 (R1) (IAS 36), os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31/12/2013 a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável de R$ 25 milhões das benfeitorias realizadas na embarcação adquirida para a referida prestação de serviço face a rescisão do contrato. Em 2016 a Companhia reavaliou as benfeitorias revertendo parte da perda por redução ao valor recuperável no montante de R$ 6,285 (R$ 9,427 em 2015), valor este que corresponde à despesa de depreciação do exercício. Para os demais ativos, a Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos classificados em operação não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que em 31/12/16 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados. **16. Intangível:** A movimentação do ativo intangível durante o exercício findo em 31/12/16 e 2015 foi como segue:

	Controladora 2016	2015	Consolidado 2016	2015
Prejuízo antes dos impostos	(183.477)	(100.204)	(183.477)	(100.204)
Operações descontinuadas	(3.192)	(3.853)	(3.192)	(3.853)
Ágio	-	-	-	-
Outras adições e exclusões líquidas permanentes	(61.942)	65.009	(61.942)	65.009
Outras exclusões (adições) temporárias, líquidas	(10.904)	(67.460)	(10.904)	(67.460)
Outras exclusões (adições) temporárias, líquidas	135.835	(397.028)	135.835	(397.028)
Compensação de prejuízo fiscal (limitado a 30%)	(210)	-	(210)	-
Prejuízo ajustado	(123.890)	(503.536)	(123.890)	(503.536)
Alíquotas aplicáveis	25%	25%	9%	9%
IR e CS correntes (Eng. HDG)	(98)	-	(44)	-
Créditos fiscais constituídos de IR e CS diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa	8.903	35.330	3.238	12.718
Créditos fiscais constituídos de IR e CS diferidos sobre benefício fiscal	(4.899)	(4.899)	(1.765)	(1.764)
Créditos fiscais constituídos de IR e CS diferidos sobre adições e exclusões temporárias	(12.828)	(20.178)	(4.618)	(6.837)
Receita com IR e CS diferidos	(8.734)	10.253	(3.145)	4.117
Despesa IR e CS corrente	(98)	-	44	-
Receita IR e CS diferidos	(8.734)	10.253	(3.145)	4.117
Receita com IR e CS	(8.832)	10.253	(3.189)	4.117

17. Empréstimos e financiamentos:

Empresa	Banco	Objeto	Moeda	Indexador	Vencimento	31/12/16	31/12/15	Garantia
Brasbunker	BB	FMM	USD	3,5% a.a.	24/08/2032	47.831	30.070	Embarcação Bravante III e Contrato recebível
Brasbunker	BB	FMM	USD	4,5% a.a.	24/08/2032	32.176	36.841	Embarcação Bravante III e Contrato recebível
Brasbunker	BB	FMM	USD	4,0% a.a.	19/07/2034	30.897	35.555	Embarcação Bravante IV e Contrato recebível
Brasbunker	IBM	C.GIRO	R$	CDI + 1,74% a.a.	24/08/2032	-	15	Equipamentos
Brasbunker	IBM	C.GIRO	R$	CDI + 2,49% a.a.	24/08/2032	210	380	Sem garantia
Brasbunker	IBM	C.GIRO	R$	CDI + 2,18% a.a.	23/08/2017	586	897	Sem garantia
Brasbunker	IBM	C.GIRO	R$	CDI + 2,18% a.a.	23/10/2017	411	895	Equipamentos
Brasbunker	Fibra	C.GIRO	USD	5,7% a.a.	26/11/15	-	24.000	Sem Garantia
Brasbunker	Fibra	C.GIRO	USD	8,3% a.a.	06/03/2019	13.083	-	Imóvel: BSG
Brasbunker	Fibra	C.GIRO	USD	9,5% a.a.	25/02/2019	7.460	-	Imóvel: BSG
Brasbunker	OPBIME	C.GIRO	R$	CDI + 4,0 % a.a.	16/10/2017	5.700	5.123	Sem Garantia
Total controladora						189.448	1.126.013	

Empresa	Banco	Objeto	Moeda	Indexador	Vencimento	31/12/16	31/12/15	Garantia
Navegação São Miguel	BB	FMM	R$	TLP + 3,5% a.a.	15/04/2031	47.736	47.336	Terreno do Estaleiro
Navegação São Miguel	BB	FMM	R$	TLP + 5,0% a.a.	15/04/2031	1.720	1.706	Terreno do Estaleiro
Navegação São Miguel	BB	C. GIRO	R$	CDI + 2,8% a.m.	20/06/16	-	703	Sem Garantia
Boldini S.A.	Itaú Nassau	Aquisição Ativos	USD	6,90% a.a.	28/05/2019	169.336	213.225	Embarcações e contrato recebível
Boldini Ltd	Marad	Construção Ativos	USD	3,60% a.a.	19/07/2035	39.340	987.923	Embarcações
Boldini Ltd	Marad	Construção Ativos	USD	3,85% a.a.	19/07/2035	778.132	-	Embarcações
Total consolidado						1.037.264	1.250.893	
						2.008.713	2.376.906	

	Controladora 2016	2015	Consolidado 2016	2015
Total da dívida	988.448	1.126.013	2.008.713	2.376.906
Custo de captação da dívida	(4.311)	(4.714)	(47.824)	(59.551)
Dívida ajustada	965.058	1.121.299	1.958.891	2.317.355
Circulante	22.467	43.763	64.748	157.285
Não circulante	942.591	1.077.536	1.894.140	2.160.070

O saldo dos empréstimos em 31/12/16 possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	31/12/16
2017	74.916
2018	78.102
2019	82.219
2020 em diante	1.773.476
Total	2.008.713

Desde a reestruturação societária ocorrida no segundo semestre de 2015, a Companhia incorreu uma

Empresa	Classificação	Data de início	Data de vencimento	Quantidade	Valor unitário	Saldo Principal	Saldo Atualizado
31ª x 32ª (parte)	Debênture A	19/11/15	19/11/2030	1.000	1.000	82.558	95.208
31ª x 35ª (parte)	Debênture B	19/11/15	19/11/2030	342.533	1.000	343.533	382.573
33ª (parte)	Debênture C	19/11/15	15/11/2021	101.004	1.000	101.004	109.239
30ª	Kgino	19/11/15	12/11/2021	38.500	1.000	38.500	43.910
Oprime 36ª	Kgino	12/02/16	04/02/2022	42.100	1.000	42.100	46.718
Oprime 37ª - Sr.1	Kgino	09/08/16	04/08/2022	3.500	1.000	3.500	3.675
Oprime 37ª - Sr.2	Kgino	04/10/16	04/10/2022	6.500	1.000	6.500	6.703
Oprime 37ª - Sr.3	Kgino	09/12/16	04/12/2022	7.900	1.000	7.900	7.980
						625.675	696.006
Passivo circulante							5.298
Passivo não circulante							164.541
Patrimônio líquido							526.175

Repactuação: A Companhia emitiu debêntures conversíveis em ações, no montante de R$ 526.175, com vencimento para 19/11/2030. Durante o exercício de 2015, a Administração manifestou interesse pela conversibilidade das respectivas debêntures em ações, e sendo instrumento patrimonial, foi mensurada do passivo não circulante para o patrimônio, após a concordância de todos os detentores, pela antecipação do prazo de vencimento das debêntures. Em 19/11/15, como parte da reestruturação societária, as debêntures da 1ª até a 29ª séries foram repactuadas mediante novas condições estabelecidas nas 31ª a 35ª séries integralizadas via transferência das antigas debêntures, e segmentadas em 3 séries (A,B e C), conforme abaixo:

Classificação	Série A	Série B	Série C
Vencimento	19/11/2030	19/11/2030	19/11/2030
		IPCA + 3% a.a. após 11/2020	IPCA de 11/2020 IPCA + 6% a.a. após 11/2020
Remuneração	IPCA + 6% a.a.	Semestral	Semestral
Pagamento de juros	Mensal		
1º Pagamento de juros	19/12/15	19/10/2020	19/10/2020
Pagamento principal	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.
Início da amortização	19/10/2021	19/10/2021	19/10/2021
Bonificação	Conforme Acordo limitado a R$ 15.000 ao ano	Não aplicável	Não aplicável

Novos aportes: Em 12/11/15 a Companhia realizou uma nova emissão de debêntures, a 30ª emissão, no montante de R$ 38.500 emitidas sob forma nominativa e escritural de espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional a não conversíveis em ações, e integralizadas pela Oprime LLC, empresa controladora da Principal DSB. Essa emissão possui vencimento em 12/11/2021 e remuneração de CDI + 4% a.a. 2 anos de carência de principal, e juros anuais limitados a 6% a.a. nos primeiros 2 anos. Ao longo do ano de 2016, a Brasbunker realizou novas emissões de debêntures com o intuito de financiar suas atividades operacionais. Tais emissões estão representadas pela 36ª e 37ª emissões, com remuneração de CDI + 4% a.a. e 2 anos de carência de principal. **Características:** Debêntures emitidas forma nominativa da espécie quirografária, não escritural, sem, emissão de cautela e certificados, conversíveis em ações ordinárias. **Condições de conversão:** (i) Independentemente, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária ou encargos monetários relativos às Debêntures quando devido, (ii) extinção, liquidação, dissolução, pedido de recuperação judicial ou apresentação de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor, independente de sua homologação judicial, pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros não elidido no respectivo prazo legal, de decretação de falência ou, ainda, ocorrência de qualquer procedimento análogo em relação à Emissora, de requerido ou contra a Emissora; e (iii) redução do capital social da Emissora, sem aprovação prévia de Debenturista. **Encargos financeiros:** Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base de 252 dias, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A.- Mercados Organizados, acrescida de um spread ou sobre taxa de 6% a.a., base 252 dias. Os juros remuneratórios serão calculados na forma exponencial *pro-rata por* dias corridos desde a data da de integralização e pagos trimestralmente.

18. Fornecedores:

	Controladora 2016	2015	Consolidado 2016	2015
Fornecedores Nacionais	37.609	41.824	61.735	61.322
Fornecedores Estrangeiros	3.098	2.816	15.897	41.022
	40.705	44.740	77.632	102.394

20. Impostos, taxas e contribuições:

	Controladora 2016	2015	Consolidado 2016	2015
IR e CS correntes	-	3	126	-
IR e CS diferido	4.750	10.680	6.729	12.444
ISS	1.589	4.395	5.850	7.590
IRRF	5.728	11.871	11.301	16.357
INSS a pagar	10.448	9.104	16.202	13.568
FGTS a pagar	977	2.059	2.665	5.111
Outros	2.397	2.268	5.559	3.274
	25.889	37.380	48.438	58.345

20.1. Tributos Parcelados:

	Controladora 2016	2015	Consolidado 2016	2015
IR e contribuição social	197	150	541	150
PIS e COFINS	302	206	302	206
ICMS	11	11	401	23
ISS	3.006	92	3.780	91
INSS	638	-	2.244	-
Total circulante	4.094	459	7.268	470

	Controladora 2016	2015	Consolidado 2016	2015
IR e contribuição social	1.727	-	1.726	-
PIS e COFINS	830	994	830	994
ICMS	31	40	1.317	59
ISS	1.754	2.082	6.841	2.082
Outros	2.203	292	4.344	292
Total não circulante	5.355	3.308	15.098	3.387

Contribuição para o INSS - desoneração da folha de pagamentos - A Lei nº 12.546, de 14/12/2011, dentre outras alterações, desonerou a folha de pagamento das empresas de diversos setores, e modificando a base de cálculo do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), passando esse a incidir sobre a receita bruta de algumas atividades econômicas. Alíquota de 1%, a partir/01/2013, a qual incidira anteriormente sobre a folha de pagamentos da Companhia pela alíquota de 20%. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, consequentemente, para fins de divulgação das informações financeiras encerradas em 31/12/2014, a receita sobre vendas está apresentada líquida deste tributo, conforme Nota 25. **21. Provisão para contingências:** A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência histórica de quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora Trabalhistas e previdenciários	Cíveis	Tributária	Total
Saldo em 31/12/15	4.334	28	2.007	6.369
Adições	3.356	1.746	76	5.178
Baixas	(2.922)	(128)	(2.017)	(4.397)
Saldo em 31/12/16	5.438	1.647	66	7.084
Depósitos judiciais (*)	1.874	-	-	1.874

	Consolidado Trabalhistas e previdenciários	Cíveis	Tributária	Total
Saldo em 31/12/15	7.212	3.671	4.296	15.181
Adições	4.972	3.858	1.041	9.870
Baixas	(3.817)	(1.565)	(2.383)	(7.765)
Saldo em 31/12/16	8.367	5.223	2.952	16.147
Depósitos judiciais (*)	5.831	-	-	5.831

(*) Os depósitos judiciais registrados em 31/12/16 referem-se integralmente a causas com prováveis constituições. a) Contingências trabalhistas: A Companhia e suas controladas são parte em número reduzido de processos de natureza trabalhista, proporcionalmente ao número de empregados, movidos por ex-funcionários, cujos pedidos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Ao que tange ao pagamento e correto enquadramento de salários, benefícios, outras verbas de natureza salarial e previdenciárias, a Administração acredita que os processos feitas ao longo do ano de 2016 resultaram em registros que refletem corretamente a exposição das controladas frente às re

Continuação ►►►

ativo fixo e *D&O* - com cobertura "A" (indenização em nome dos Administradores), "B" (reembolso à sociedade) e "C" (extensão de cobertura da Companhia para reclamações diretamente relacionadas com o mercado aberto de capitais). As apólices cobrem as embarcações, cascos, veículos, imóveis e equipamentos que operam hoje pelo grupo Brasburner. Em 31/12/16, os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes estão apresentados a seguir:

Apólices de seguros	Seguradora	Importância segurada
P&I - Protection and indemnity	Shipowners	9.777.300
Embarcações e casos	Bradesco/Fairfax	929.371
Responsabilidade civil dos diretores D&O	Fairfax	15.000
Riscos nomeados (Patrimonial)	ACE	18.100
Responsabilidade civil	FAIRFAX	10.000
Builder Risk - Construção Embarcação	AIG	1.000
		10.749.771

(I) Para fins de indenização integral do veículo segurado, será considerado como valor de mercado o valor constante da tabela FIPE. Dentre as principais coberturas previstas no seguro de responsabilidade civil dos administradores - *D&O* está a indisponibilidade de bens e penhora online em ações judiciais e penalidades civis, responsabilidades estatutárias, despesas de publicidade, responsabilidade por erros e omissões na prestação de serviços profissionais, danos corporais, reclamações do tomador contra o segurado e de segurado contra segurado. Também, reclamações por danos morais, responsabilidade do cônjuge ou companheiro em união estável, custos de extradição, espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais, custos administrativos de entidades externas, despesas emergenciais, custos de defesa para administradores atuando como fiéis depositários e avaliação e inabilitação do exercício da função de administrador. **Eventos subsequentes:** Em continuidade ao cronograma de construção das embarcações PSV no estaleiro Navegação São Miguel, o Banco do Brasil por meio do financiador com o FMM, libera uma nova linha de crédito no montante de R$ 12.338 para construção de casco 15. Este financiamento segue a mesma remuneração das demais liberações do FMM, indexado ao dólar americano com juros de 3,5% a.a. Em 2017, a Administração da companhia manifestou interesse em aderir ao Programa de Regularização Tributária (RERT) - Disponibilizado pelo Governo Federal através da Medida Provisória Nº 766 de 04/01/2017. A Companhia ainda estuda quais modalidades mais adequam ao perfil da dívida da empresa, sem portanto ter formalizado sua decisão à Receita Federal Brasileira. Não houve eventos relevantes até a data de emissão deste relatório, exceto aos acima mencionados.

Diretores
Paulo Marcos Vargas de Andrade – Diretor Financeiro
CONTADORA:
Paula Veige de Araújo Castro - CRC/RJ 108.526/O-5 - CPF: 112.643.237-78.

Relatórios de Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas: Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Brasburner Participações S.A.** (Rio de Janeiro/RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Brasburner Participações S.A. ("Companhia"), identificadas individual e consolidadamente**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/16 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Brasburner Participações S.A.** em 31/12/16, e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas" e, adicionalmente, em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfases: Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 12, a Companhia possui os montantes de R$ 183.778 em R$ 217.048 mil (Controladora e Consolidado), respectivamente, registrados nas rubricas de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo e Passivo, financeira dependente de eventos futuros. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto. **Operações com Partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº13 "Contas a receber e a pagar a partes relacionadas", que informa que as transações com partes relacionadas, que indicam que a Companhia mantém operações em montantes significativos com partes relacionadas. Dessa forma, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele obtido em operação com partes não relacionadas. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto. **Outros assuntos relevantes em ênfase:** Conforme mencionado em Nota Explicativa nº18, a Companhia emitiu debêntures conversíveis, no montante de R$ 526.175 mil, com vencimento para 19/11/2030. A Administração da Companhia manifestou interesse pela conversibilidade das respectivas debêntures em ações, e sendo instruments patrimonial, foi reclassificado do passivo não circulante para o patrimônio líquido, após a concordância de todos os debenturistas pela antecipação do prazo. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto. **Outros assuntos: Sistemas contábeis e controles internos:** Os valores correspondentes aos demonstrativos contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/15, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados onde emitimos relatório datado de 04/04/16, sem qualquer modificação e com ênfase sobre "Operações com partes relacionadas". Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis de 31/12/16, revisamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2c, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 31/12/15. Concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente aplicados. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realística para evitar tais ações ou interrupções das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nosso objetivo são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável não é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. Distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais manter continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 06/04/2017. **BDO RCS Auditores Independentes SS** - CRC 2 SP 013846/F. **Julian Clemente** - Contador CRC 1 SP 197330/O-6 S-RJ

MOTOROLA SOLUTIONS LATAM SOLUTIONS.

MOTOROLA SOLUTIONS LTDA.
CNPJ 10.652.730/0001-20
Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	**164.890**	**242.048**	**Circulante**	**68.240**	**241.968**
Caixa e equivalentes de caixa	41.132	36.767	Fornecedores	35.440	197.646
Contas a receber de clientes	71.316	141.444	Mútuo com partes relacionadas	-	-
Estoques	12.576	22.524	Imposto de renda e contribuição social	-	-
Impostos a recuperar	16.841	25.858	Impostos e contribuições a recolher	3.440	4.152
Imposto de renda e contribuição social	12.578	2.164	Obrigações trabalhistas a pagar	8.389	8.994
Outras contas a receber	10.160	13.279	Receita diferida	17.443	25.485
			Provisões	3.574	5.592
Não circulante	**109.784**	**38.654**	**Não circulante**	**174.645**	**5.536**
Contas a receber de clientes	79.482	-	Fornecedores	169.514	-
Depósitos judiciais	2.608	2.659	Provisões	5.131	3.536
Impostos a recuperar	429	1.013	**Patrimônio líquido**	**31.278**	**35.195**
Ativo fiscal	27.265	34.982	Capital social	95.708	95.708
			(Prejuízos) Lucros acumulados	(64.432)	(60.513)
Total do ativo	**274.387**	**280.700**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**274.387**	**280.700**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Período de 31/12/2015 a 31/12/2016 - *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2014	**95.708**	**(61.570)**	**34.138**
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	-	(46.375)	(46.375)
Saldo em 31/12/2015	**95.708**	**(60.513)**	**35.195**
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	-	(3.921)	(3.921)
Saldo em 31/12/2016	**95.708**	**(64.434)**	**31.274**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - *(Em milhares de reais)*

	2016	2015
Receita operacional líquida	**178.319**	**200.602**
Custos dos produtos vendidos	(82.493)	(102.718)
Custos dos serviços prestados	(46.011)	(28.830)
Lucro bruto	**49.815**	**69.054**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas de vendas	(20.411)	(18.734)
Administrativas e gerais	(29.404)	(41.878)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(33.294)	(16.113)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	(33.294)	(7.671)
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(22.729)	(41.634)
Receitas financeiras	52.102	2.930
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, contribuição social e das participações estatutárias	**(3.921)**	**(46.375)**
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(3.921)**	**(46.375)**

Giovana Franco - Gerente de Controladoria - CRC 1SP238444/O-3
Viviane Damião - Diretora Financeira - CPF 148.078.338-20

Sociedade de Instrução e Beneficência

CNPJ/MF 61.004.149/0001-00 - Rua Henrique Schaumann, 786 - Cerqueira César - São Paulo/SP — CEP 05413-021

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial Consolidado - Sede e Mantidas

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		**15.721.673,86**	**16.860.581,80**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	11.637.879,39	11.929.325,03
Clientes	5	3.910.599,23	4.499.277,00
Outras Contas a Receber		27.197,15	28.670,06
Adiantamentos		88.090,74	147.507,84
Despesas Antecipadas		57.907,94	56.197,87
Não Circulante		**67.050.159,44**	**68.364.967,15**
Realizável a Longo Prazo		6.970,41	-
Imobilizado	6	66.969.996,75	68.281.871,51
Intangível		73.192,28	83.095,64
Total do Ativo		**82.771.833,30**	**85.025.948,95**

Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		**3.825.730,14**	**3.016.364,31**
Fornecedores		606.840,69	328.547,71
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	7	929.603,25	798.141,38
Obrigações Fiscais e Tributárias		119.904,29	107.680,59
Adiantamentos de Clientes		5.434,34	5.434,34
Outras Contas a Pagar		922,00	1.202,67
Provisões de Férias e Encargos Sociais	8	840.712,78	1.004.328,84
Partes Relacionadas	9	345.449,06	408.203,84
Receitas Diferidas	10	976.863,72	459.099,76
Não Circulante		**130.689,87**	**123.717,46**
Provisão para Contingências	11	130.689,87	123.719,46
Patrimônio Líquido		**78.815.413,29**	**81.885.865,18**
Patrimônio Social	12	14.789.459,05	13.538.784,40
Reserva de Reavaliação		62.218.077,04	67.096.406,13
Superávit (Déficit) Acumulado		(1.192.122,80)	1.252.674,65
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**82.771.833,30**	**85.025.948,95**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado

Descrição	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit/Déficit Acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**13.538.784,40**	**68.953.496,87**	**1.740.149,47**	**84.232.397,34**
Incorporação do déficit ao Patrimônio Social	1.770.197,47	-	(1.770.197,47)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores:				
- Por encerramento de Filial	-	(2.463.273,02)	-	(2.463.273,02)
- Por ajustes de Mensalidades	-	(1.172.401,88)	-	(1.172.401,88)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(1.857.092,13)	-
Déficit do exercício	-	-	(604.417,48)	(604.417,48)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**13.538.784,40**	**67.096.406,13**	**1.252.674,65**	**81.885.865,18**
Incorporação do déficit ao Patrimônio Social	1.252.674,65	-	(1.252.674,65)	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(1.878.329,09)	1.878.329,09	-
Déficit do exercício	-	-	(3.070.451,89)	(3.070.451,89)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**14.789.459,05**	**65.218.077,04**	**(1.192.122,80)**	**78.815.413,29**

Demonstração do Resultado do Exercício - Sede e Mantidas

Receitas Operacionais:	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de Serviços–Anuidades		22.852.986,78	22.182.386,64
Doações Recebidas		1.715.292,60	1.661.911,00
Outras Receitas		517.523,97	455.156,08
Outras Receitas		1.331.835,24	887.880,42
Rendas de Aplicações		731.216,24	1.159.47,90
(-) Deduções da Receita Bruta:		**(4.709.034,45)**	**(4.368.623,79)**
Desconto s/ Anuidades		(184.769,32)	(259.376,50)
Bolsas Institucionais		(3.777.823,57)	(3.457.269,57)
Bolsas Funcionais		(746.441,56)	(651.317,72)
Receita Operacional Líquida		22.439.822,32	21.570.964,90
(-) Despesas Operacionais:		**(23.897.464,21)**	**(20.532.176,76)**
Despesas c/ Pessoal		(13.138.673,17)	(12.146.089,11)
Despesas Gerais e Administrativas		(6.672.246,05)	(5.932.023,42)
Despesas com Materiais		(1.804.713,81)	(1.837.699,46)
Despesas com Serviços		(2.347.911,37)	(2.320.799,24)
Despesas Devedores Duvidosos		(1.148.579,30)	-
Outras Despesas (Receitas) Operacionais		(255.274,97)	174.210,90
Resultado Financeiro		1.470.223,33	1.969.151,34
Resultado Antes das Gratuidades		(1.457.642,55)	1.038.788,20
Gratuidades concedidas		**(1.612.809,34)**	**(1.643.205,68)**
Custo Serv. Prestados-Assistência Social	13	(1.612.809,34)	(1.643.205,68)
Déficit Operacional		(3.070.451,89)	(604.417,48)
INSS Patronal		(13.308.235,29)	(9.509.557,31)
(-) INSS Patronal	14	13.308.235,29	9.509.557,31
Déficit do Exercício		**(3.070.451,89)**	**(604.417,48)**

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2016	31/12/2015
Déficit do Exercício	**(3.070.451,89)**	**(604.417,48)**
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(3.635.674,90)
Realização da Reserva de Reavaliação	1.878.329,09	1.857.092,13
Superávit (Déficit) do Exercício Abrangente	**(1.192.122,80)**	**(2.383.000,25)**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Atividades Operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Déficit Líquido do Exercício	(3.070.451,89)	(604.417,48)
Depreciação	2.322.770,72	2.320.799,24
Amortização	24.720,65	23.434,14
Ajuste de Exercícios Anteriores:		
- Por Encerramento de Filial	-	(2.463.273,02)
- Por ajustes de Mensalidades	-	(1.172.401,88)
	(722.960,52)	**(1.895.859,00)**
Aumento (Redução) dos Ativos		
Mensalidades a Receber	588.771,27	651.030,08
Outras Contas a Receber	1.472,91	30.290,90
Adiantamentos	58.417,09	1.135,24
Despesas Antecipadas	(1.800,07)	3.756,87
Realizável a longo prazo	(6.970,41)	-
Aumento (Redução) dos Passivos		
Fornecedores	278.292,98	12.565,53
Obrigações Trabalhistas e Sociais	131.461,86	88.855,46
Obrigações Fiscais e Tributárias	12.223,70	11.201,88
Adiantamentos de Clientes	274,87	846,96
Anuidades e Matrículas a Apropriar	-	(315.586,42)
Outras Contas a Pagar	(280,67)	722,71
Provisões Férias e Encargos Sociais	(27.616,07)	45.487,19
Provisão para Contingências	6.970,41	123.719,46
Partes Relacionadas	(62.754,78)	60.444,40
Receitas Diferidas	477.763,94	56.433,93
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas Atividades Operacionais	**734.267,61**	**(910.646,49)**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Bens do Imobilizado	(1.010.895,96)	(1.170.071,85)
Baixa de Bens do Imobilizado	(14.817,29)	(15.112,84)
Baixa de Bens do Imobilizado – filial encerrada	-	2.434.446,03
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas Atividades de Investimento	**(1.025.713,25)**	**1.249.261,34**
Total Líquido das Atividades	**(291.445,64)**	**338.614,85**
Disponibilidades no início do exercício	11.929.325,03	11.590.710,18
Disponibilidades no final do exercício	11.637.879,39	11.929.325,03
Variação líquida no exercício	**(291.445,64)**	**338.614,85**

Total **976.863,72** **499.099,76**

Provisão para Contingências: A administração, com base em avaliação de seus advogados, entende que o valor registrado em 31/12/2016, no montante de R$ 130.689,87 (em 31/12/2015 – R$ 123.719,46), são suficientes para cobrir prováveis perdas com as ações em curso, bem como, das prováveis perdas de perda ou alteração do status quo, tendo portanto não requerem registro contábil, somam R$ 1.279.145,87. **12. Patrimônio Líquido:** **Patrimônio Social** O patrimônio da Sociedade é constituído por bens e direitos, sem prejuízo de imóveis existentes nesta data, por todos aqueles que lhe vieram a ser acrescidos, inclusive os recebidos por doação, legado ou subvenção. Está acrescido de superávits e reservas de reavaliação e suas operações. **13. Gratuidades:** As gratuidades oferecidas às comunidades carentes são registradas no grupo de contas Custos dos Serviços Prestados–Assistência Social, estando respaldadas em critérios que habilitam e mensuram o benefício, diariamente. **14. Custos e Despesas e Assistências Sociais:** A instituição mantém Obras, Projetos e Assistências Sociais, entre outras, Colônia de Férias Infantil, Centro de Convivência Nazaré e Casa de Passagem Santa Maria, que no exercício de 2016 totalizaram R$ 517.523,97 referentes ao atendimento a 125 crianças de Projeto Conviver e Creche e atendimento de segunda à sexta a 315 crianças da Colônia Infantil totalizando 440 crianças da Creche, a 115 crianças do Projeto Palmas, em Barueri de Pirelli; 100 crianças no Centro de Convivência Nazaré, em Itapecerica da Serra, SP e de 70 crianças na Casa de Passagem Santa Maria, em Meaipar/MA. No atendimento no disposto no inciso VI do artigo 3º do Decreto nº 2.536/98 e a Lei 12.101/2009, a entidade no exercício de 2016 concedeu as gratuidades demonstradas como parte da Receita.

Demonstração do Resultado do Exercício - Sede e Mantidas

Receitas Operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Operacionais	22.852.986,78	22.182.386,64
Dedução das Receitas	-4.709.034,45	-4.368.623,79
Receita Líquida	**24.953.952,23**	**22.922.207,70**
Bolsas Concedidas-372 alunos c/gratuidade integral	1.612.809,34	1.643.205,68
Total das gratuidades concedidas	**1.612.809,34**	**1.643.205,68**
Percentual Gratuidade	6,46%	7,16%

14. Isenções – Quota Patronal + SAT + Terceiros: A isenção da quota patronal + SAT + terceiros, utilizadas no exercício de 2016 está registrada na conta Custo dos Serviços Prestados-Assistência Sociais Vulnerabilidade", no grupo de Custo dos Serviços Prestados–Assistência Social.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cota Patronal INSS + SAT + Terceiros	13.308.235,29	9.509.557,31
Total das isenções usadas/utilizadas	13.308.235,29	9.509.557,31

15. Cobertura de Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente. São Paulo, 31/12/2016.

Vanda Linck - Diretora Presidente - CPF/MF 194.366.880/91
Marcelo Rodrigues de Oliveira - Contador - CRCRS 068257 S SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da **Sociedade de Instrução e Beneficência** – **SIB** e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sociedade de Instrução e Beneficência** – **SIB**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** A administração da Sociedade não apresentou estudo que alienda as orientações NBC TG 27 (R3) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R3) - Redução ao Valor recuperável, no que diz respeito à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos, bem como do teste de recuperabilidade. Conforme item 5 do CPC TG 27 (R3), a entidade deve avaliar, no mínimo ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Em virtude da ausência dessas informações, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes a ser consequentes efeitos nos ativos da Sociedade, e os seus consequentes efeitos nos demonstrativos do resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à **Sociedade de Instrução e Beneficência** – **SIB**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da **Sociedade de Instrução e Beneficência** – **SIB** é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas. A entidade, devido as suas características específicas, não elabora o relatório da administração e, consequentemente, as demonstrações contábeis consolidadas, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, quanto a eventuais ajustes, se houver, que possam ser necessários para o cômputo do teste de recuperabilidade em 31/12/2016. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas:** A administração da **Sociedade de Instrução e Beneficência** – **SIB** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a **Sociedade de Instrução e Beneficência** – **SIB** ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realística para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Sociedade de Instrução e Beneficência** – **SIB** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Sociedade de Instrução e Beneficência** – **SIB** a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de abril de 2017.

UHY Moreira - Auditores - CRC 2 RS 3717 S SP
Jorge Luiz M. Cereja - Contador CRC 1 RS 43679 S SP
CNAI N° 539 - Sócio - Responsável Técnico

R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 16.500.437/0001-24 - NIRE 35.300.460.928
Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 20/12/2016, às 17 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Ordem do Dia e Deliberações:** os Conselheiros aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas, a destituição do Sr. **Alexandre Segatell Bolsoni,** brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 226.383.000-72 SSP/SP, CPF nº 220.410.918-48, do cargo de Diretor da Companhia, a quem agradece pelos serviços prestados, outorgando-lhe a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação pelos atos praticados enquanto diretor da Companhia. A presente Ata é publicada na forma de extrato, nos termos do Lei. Assinaturas: Sr. Rodrigo Lucchese Abbud - Presidente e Vito Rangel Botelho Martins - Secretário. Membros do Conselho: Rodrigo Lucchese Abbud; Vitor Rangel Botelho Martins; e Kenneth Aron Wainer. Diretor destituído: Alexandre Segatell Bolsoni. JUCESP nº 41.820/17-4 em 19/01/2017. Flavia R. Britto Gonçalves. Secretária Geral.

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

Brazilian Securities Companhia de Securitização

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação

Décima Primeira Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 290ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 290ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 290ª

Manausgás S/A e Controlada em Conjunto

CNPJ 04.007.507/0001-28
Relatório da Administração

Senhores acionistas, submetemos a apreciação de V. Sas. as Demonstrações contábeis ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2016. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis. Colocamo-nos a disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2016 - Em milhares de reais

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	21.540	2.348
Impostos a recuperar	501	222
Dividendos a receber	13.250	14.947
Outros créditos	5	27
Total dos ativos circulantes	35.296	17.517
Não Circulantes		
Impostos a recuperar	65	65
Investimentos	106.637	98.392
Imobilizado	1	1
Total dos ativos não circulantes	106.703	98.458
Total dos Ativos	141.999	115.975

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Circulantes		
Fornecedores	346	161
Obrigações trabalhistas	1	1
Impostos a recolher	33	26
Dividendos a pagar	6.300	5.319
Total dos passivos circulantes	6.680	5.507
Não Circulantes		
Provisão para contingências fiscais	11.306	-
Impostos a pagar não circulantes	11.306	-
Patrimônio Líquido		
Capital social	81.242	81.242
Reservas de lucro	14.932	12.346
Dividendos adicionais propostos	27.839	16.880
Lucros de patrimônio líquido	124.013	110.468
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido	141.999	115.975

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 - Em milhares de reais

(Despesas) Receitas	31/12/2016	31/12/2015
Despesas gerais e administrativas	(15.141)	(3.909)
Equivalência patrimonial	40.391	26.822
Lucro antes do Resultado Financeiro	25.250	22.913
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	1.281	664
Despesas financeiras	(5)	(12)
Total	1.276	652
Lucro Líquido do Exercício	26.526	23.574
Lucro Líquido por Ação (Básico e Diluído) - reais	0,33	0,29

Demonstração do Resultados Abrangentes para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 - Em milhares de reais

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do Exercício	26.526	23.574
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	26.526	23.574

Demonstração do Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 - Em milhares de reais

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	26.526	23.574
Ajuste para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(40.391)	(26.822)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Outros créditos	(5)	-
Impostos a recuperar	(279)	(34)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	185	104
Impostos a recolher	7	(1)
Obrigações trabalhistas	-	(1)
Outras contas a pagar	11.306	(10)
Recebimento de dividendos	33.843	18.652
Caixa gerado pelas atividades operacionais	31.192	15.452
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(12.000)	(16.000)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(12.000)	(16.000)
Aumento de caixa e Equivalentes de Caixa	19.192	(548)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.348	2.896
No fim do exercício	21.540	2.348
Aumento do Saldo de caixa e Equivalentes de Caixa	19.192	(548)

A íntegra das Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se na sede social à disposição dos interessados.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas legal	Reservas para investimento	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	81.242	5.152	4.896	9.368	-	100.658
Pagamento de dividendos intermediários	-	-	-	(8.445)	-	(8.445)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.574	23.574
Constituição de Reserva legal	-	1.179	-	-	(1.179)	-
Reserva para investimento	-	-	1.119	-	(1.119)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,0655 por ação)	-	-	-	-	(5.319)	(5.319)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	15.957	(15.957)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	81.242	6.331	6.015	16.880	-	110.468
Pagamento de dividendos intermediários	-	-	-	(6.681)	-	(6.681)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.526	26.526
Constituição de Reserva legal	-	1.326	-	-	(1.326)	-
Reserva para investimento	-	-	1.260	-	(1.260)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,0655 por ação)	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	17.640	(17.640)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	81.242	7.657	7.275	27.839	-	124.013

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Informações Gerais: A Manausgás S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída com o objetivo de participar em empreendimentos ou outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia, acionista, consorciada ou quotista. **A Manausgás** é controlada pela Companhia de Gás de Amazonas – CIGÁS ("Cigás" ou "controlada em conjunto"), da qual detém 83% de seu capital social total e 49% de suas ações ordinárias. Devido às características de acordos de acionistas a Companhia é classificada como compartilhada da Cigás. A controlada em conjunto é uma sociedade anônima de economia mista, integrada da administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, criada mediante autorização da Lei Estadual nº 2.326, de 8 de maio de 1995, com autonomia administrativa e financeira. A controlada em conjunto Cigás tem por objeto social a exploração, com autonomia, no Estado do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades conexas ou acessórias, bem como as acessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou como co-geração de energia, seja para a geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos a findar em 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do termo inicial autorizada pela Lei Estadual nº 3.690 de 21 de dezembro de 2011.

Fernando Jorge Hupsel de Azevedo - Diretor *William George Barrington* - Diretor *Nobuioshi Tanaka* - CT CRC: 1SP150348/O-5

Edital de Citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 101139403.2014.8.26.0002. A MM. Juíza de Direito da 5ª Vara Cível do **Foro Regional II - Santo Amaro**, Estado de São Paulo, Dra. Regina de Oliveira Marques, na forma da Lei, etc. **Faz saber a Ute Helga Kausch** CPF: 091.227.088-00, que **Comercial Construções e Serviços Blanchard Ltda** ajuiza(m) **Ação de Cobrança** objetivando receber aluguéis, luzes consumidas e perdas e danos, mais IPTU, sob o fundamento de que se venceram(m) e não efetiva entrega do imóvel sito à R. Rua Padre Ibraim, nº 178, V. Almeida São Paulo/SP, referente a 50% do bem, parte que cabe ao autor. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação da ré para que, **em 15 dias úteis**, a fluir após o prazo supra, conteste o feito, sob pena de revelia (ocasião em que será nomeado curador especial). O presente edital será afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de maio de 2017.

31/05 e 01/06

Edital de Citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1048016-49.2013.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da **27ª Vara Cível do Foro Central Cível**, Estado de São Paulo, Dr. Vitor Frederico Kümpel, na forma da Lei, etc. **Faz saber a Nicholas Heilborn de Almeida** (CPF: 068.978.847-90), eventuais sucessores e/ou herdeiros, que **Comercial e Serviços JVB Ltda** ajuiza uma **Ação de Despejo por Descumprimento de Obrigações Contratuais Acessórias**, para receber a quantia de R$ 9.202,98 (a atualizar), referente aos aluguéis, acessórios e IPTU, de maio e junho/13, do imóvel à R. Rua Pedroso, 178 - Sala 1 - Pinheiros, São Paulo/SP, locado aos requeridos em 27/11/2012. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida sua citação por edital, para que, no **prazo de 15 dias úteis, após os 20 dias supra**, oferença resposta, sob pena de revelia (ocasião em que será nomeado curador). Será o presente afixado e publicado, na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de maio de 2017.

31/05 e 01/06

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF Nº. 09.367.702/0001-29 - NIRE Nº. 35300252858 - COMPANHIA FECHADA
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2017
ATA LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO CONFORME FACULTA O ARTIGO 130, PARÁGRAFO 1º, DA LEI Nº 6.404, DE 15.12.1976 ("LSA")

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 09 de março de 2017, às 17h00, na sede da Companhia, (Conselho de Administração, que reverá em conta as responsabilidades dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado. localizada na Avenida Chedid Jafet, nº.222, Bloco B, 4º andar, parte,Vila Olimpia, CEP 04551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Foram cumpridas, no Livro de Presença, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da LSA, constatando-se a presença de todos os acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verifica das assinaturas constantes de apontas no livro de "Registro de Presença de Acionistas". **3. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO PRÉVIAS:** Os avisos de que tratam os artigos 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade dos acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 da referida Lei. **4. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Linhares da Cunha e o Sr. Marcus Rodrigo de Senna, como secretário. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** o aumento de capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** Os Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, conferiram atribuição previsto no Artigo 10, alínea (c) do Estatuto Social da Companhia, deliberaram: **(i)** o aumento de capital social da Companhia, no valor de no valor de R$ 337.000.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões de reais), correspondente a 335.556.508 (trezentos e trinta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentas e oito) ações, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R$ 1,00430178627344, sendo 167.778.254 (cento e sessenta e sete milhões, setecentos e setenta e oito mil, duzentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 167.778.254 (cento e sessenta e sete milhões, setecentos e setenta e oito mil, duzentos e cinquenta e quatro) ações preferenciais, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 10/03/17, conforme boletim de subscrição anexo à presente Ata (**ANEXO I**) pelas seus acionistas, a CCR SIA ("**CCR**") e a CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços ("**CIIS**"), passando o capital social da Companhia a ser de R$ 2.883.218.090,53 (dois bilhões, oitocentos e oitenta e três milhões, duzentos e dezoito mil, noventa reais e cinquenta e três centavos), dividido em 2.786.224.312 (dois bilhões, setecentos e oitenta e seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e doze) ações, sendo 1.393.112.156 (um bilhão, trezentos e noventa e três milhões, cento e doze mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias e 1.393.112.156 (um bilhão, trezentos e noventa e três milhões, cento e doze mil, cento e cinquenta e seis) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, conforme consta do Boletim de Subscrição do Estado Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º. O capital social é de R$ 2.883.218.090,53 (dois bilhões, oitocentos e oitenta e três milhões, duzentos e dezoito mil, noventa reais e cinquenta e três centavos), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em dividido em 2.786.224.312 (dois bilhões, setecentos e oitenta e seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e doze) ações, 1.393.112.156 (um bilhão, trezentos e noventa e três milhões, cento e doze mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias e 1.393.112.156 (um bilhão, trezentos e noventa e três milhões, cento e doze mil, cento e cinquenta e seis) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal."* **(ii)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia, de acordo com a alteração aprovada nesta Assembleia, conforme constante do **ANEXO II**. Permanecem inalterados os demais dispositivos estatutários. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelos membros da mesa e por todos os Acionistas. São Paulo/SP 09 de março de 2017. Sr. Antonio Linhares da Cunha, Presidente e Sr. Marcus Rodrigo de Senna, Secretário. **Acionistas: (1) CCR S/A**, p. Sr. Leonardo Couto Vianna e Sr. Paulo Yukio Fukuzaki; e **(2) CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços**, p. Sr. Wagner Gudson Marques. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº. 05, as folhas 58 a 71. *Sr. Marcus Rodrigo de Senna - Secretário.* JUCESP nº 237.395/17-4 em 26/05/2017. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

- ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 MARÇO DE 2017 - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO: Boletim de Subscrição de correspondente a 335.556.508 (trezentos e trinta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentas e oito) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão fixado em R$ 1,00430178627344 por ação, sendo 1.393.112.156 (um bilhão, trezentos e noventa e três milhões, cento e doze mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias e 1.393.112.156 (um bilhão, trezentos e noventa e três milhões, cento e doze mil, cento e cinquenta e seis) ações preferenciais, representativas do capital social da Companhia. **Subscritor: CCR S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olimpia, CEP: 04.551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.846.056/0001-97 e no NIRE n.º 35.300.158.349, neste ato devidamente representada por seus Diretores os Senhores: **LEONARDO COUTO VIANNA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 073.215.168-65, ambos residentes na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ambos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olimpia, CEP: 04.551-065. **Espécie de Ações Subscritas:** ON 166.100.472, PN 166.100.472. **Preço de Emissão das Ações - R$:** R$1,00430178627344. **Forma e Prazo para Integralização:** Em moeda corrente nacional até 10/03/2017. **Subscritor: CIIS - COMPANHIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS,** sociedade por ações, com sede na Rua Lauro Muller, nº. 116, Sala 3.507, Parte 1, Bairro Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.410.674/0001-88 e no NIRE n.º 33.300.312.374, neste ato devidamente representada por seu Diretor, o Sr. **WAGNER GUDSON MARQUES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº. MG-669.343 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n.º 131.635.316-87, com endereço profissional na Rua Barão de Teffé, n.º 1300, Jardim Ana Maria, Jundiaí/SP **Espécie de Ações Subscritas:** ON 1.677.782, PN 1.677.782; **Preço de Emissão das Ações - R$:** R$ 1,00430178627344. **Forma e Prazo para Integralização:** Em moeda corrente nacional até 10/03/2017. **TOTAL - 335.556.508 - R$ 337.000.000,00.** São Paulo/SP 09 de março de 2017. *Sr. Marcus Rodrigo de Senna - Secretário.*

- ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2017 - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO - Artigo 1º. A Companhia de Participações em Concessões ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada, que se rege pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social: (a) a prestação de serviços de (i) execução financeira, coordenação, gestão, controle e fiscalização, assistência técnica, consultoria e assessoria relacionados: (i) a projetos, elaborados direta ou indiretamente, mediante contratação de terceiros; ou (ii) a execução de obras civis de grandes estruturas, de edificações, de estradas, de rodovias, de ferrovias, de hidrovias e de estradas de rodagem e pontes; (b) a prestação de serviços técnicos de engenharia e tecnologia da informação, gerenciamento, administração, coordenação, gestão, supervisão, fiscalização, assistência técnica, manutenção, consultoria, assessoria, desenvolvimento e comercialização de softwares, incluindo a transferência, cessão e licenciamento a terceiros; (c) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente; e (d) a participação no capital social de outras sociedades. **Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar - parte, Vila Olímpia, CEP 04551-065, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, departamentos, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES - Artigo 5º.** O capital social é de R$ 2.883.218.090,53 (dois bilhões, oitocentos e oitenta e três milhões, duzentos e dezoito mil, noventa reais e cinquenta e três centavos), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em dividido em 2.786.224.312 (dois bilhões, setecentos e oitenta e seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e doze) ações, 1.393.112.156 (um bilhão, trezentos e noventa e três milhões, cento e doze mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias e 1.393.112.156 (um bilhão, trezentos e noventa e três milhões, cento e doze mil, cento e cinquenta e seis) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** As ações preferenciais não terão direito de voto na Assembleia Geral, mas terão prioridade no recebimento de dividendo obrigatório ou de dividendo mínimo, não cumulativo, de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o resultado da divisão do capital social pelo número de ações emitidas, o que for maior, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia. **Parágrafo 2º.** As ações preferenciais adquirirão direito de voto caso a Companhia deixe de pagar por 3 exercícios consecutivos os dividendos fixos a que fizerem jus, direito que conservarão até o restabelecimento do pagamento. **Parágrafo 3º.** A Companhia poderá emitir novas ações preferenciais, de classe igual ou diversa das anteriormente existentes, sempre sem direito de voto, mesmo que mais favorecidas que as anteriormente existentes, até o limite de 50% do número de ações que que dividem o capital social, ainda que sem preferência ou vantagem para as ações ordinárias ou com as demais classes de ações preferenciais. **Artigo 7º.** Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe, cabendo à Assembleia Geral fixar o respectivo valor de resgate e as demais características da operação. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 8º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril do ano seguinte ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem, observadas as prescrições legais e estatutárias. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por outro conselheiro ou, na ausência dos demais conselheiros da Companhia, por um acionista. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **Artigo 9º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 10º.** Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei ou no presente estatuto, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: (a) estrutura da Administração e remuneração dos conselheiros; (b) remuneração global anual dos administradores; (c) aumento do capital social da Companhia; (d) política de dividendos anuais, incluindo a antecipação de dividendo intermediário obrigatório; (e) criação de ações preferenciais e/ou classe preferencial ou modificação dos direitos e vantagens das ações existentes; (f) fusão da Companhia, ou sua incorporação em outra; (g) participação em grupo de sociedades; (h) cessação do estado de liquidação da Companhia; (i) criação de partes beneficiárias; (j) modificação do objeto social; (k) cisão da Companhia; (l) dissolução da Companhia; e (m) aprovar a emissão de debêntures e outros títulos/valores mobiliários conversíveis em ações. **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO - Artigo 11.** A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria. **Parágrafo Único.** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada e a representação da Companhia é privativa dos Diretores. **Artigo 12.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Parágrafo Único.** A posse de membro do Conselho de Administração residente e domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante legal residente no País, com poderes específicos para receber citação, mediante procuração outorgada na forma do parágrafo 2º do artigo 146 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 13.** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores e sua distribuição competirá ao

---

COMUNICADO

A empresa **P & ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ **04.554.540/0001-78** e **CCM 3.040.246-4**, situada a Rua Boa Vista nº 254 - Sala 315, Centro, CEP 01014-000, São Paulo - SP, **comunica o extravio dos seguintes documentos fiscais:** 01 Talão de Nota Fiscal de Serviço - NFS, Série 1, de 01 a 50, referente à ADIF 9000297; Livro Modelo 57 registrado sob o nº 2373367 em 15/08/2001; Livro Modelo 51 registrado sob o nº 2373367 em 15/08/2001.

31/05 e 01/06

Nova Securitização S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF 08.903.116/0001-42 - NIRE 35.300.342.682
Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária e Extraordinária
Data, hora, local: 28.04.2017, 9hs, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: José Pereira Gonçalves; Secretário: Flávia Regina Brito Gonçalves. **Deliberações aprovadas: ADO:** 1. As Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2016, publicadas em 28.03.2017 no DOESP e Jornal "O Dia". **2.** A Companhia não teve lucro líquido em 2016. Assim, não há distribuição de dividendos. **3.** Reeger um dos membros do Conselho de Administração e eleger outros dois, até a realização da AGO de 2020: **(i) Wolf Ivo Rosenbaum**, RG 12.502.362-8 e CPF/MF nº 298.783.227-34, como Presidente; **(ii) Olga Vel Kos Trambuck**, RG 2.609.245, CPF/MF 592.947.157-87, como Vice-Presidente; **(iii) José Pereira Gonçalves**, RG 84003586 IFP/RJ, CPF/MF 565.909.707-34, reeleito como membro. **AGE: 1.** Alterar o artigo 3º do Estatuto: "**Artigo 3º.** A Companhia tem sede em São Paulo/SP, na Rua Tabapã, nº 1.123, conjuntos 215, Itaim-bibi, São Paulo/SP, podendo operar em todo o território nacional, sendo facultada, por deliberação do Conselho de Administração, abrir outros estabelecimentos, tais como: filiais, agências, sucursais, escritórios ou depósitos em qualquer localidade do país ou do exterior.". **2.** Consolidar o Estatuto Social. Nada mais. São Paulo, 28.04.2017. Acionistas: José Pereira Gonçalves, Benedita Luz Paludo Speranzini, RG 2.237.815/7-5 em 26.05.2017. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1034159-21.2015.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ªVara da Família e Sucessões,do Foro Regional III-Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Antonio Pelegrini de Oliveira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) herdeiro VAGNER BARQUILHA DE OLIVEIRA, que lhe ajuizou **Ação de Alimentos** para fixação de pensão por parte de Maria(que Cesar Teixeira Gaspari e outros, alegando em síntese: Tem sua mãe falecido em 28/11/2016 e o(a) requerido(a) é o(a) filho(a) do falecido. Estando o(a) requerido(a) em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15dias,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel e, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de dezembro de 2016.

[illegible]

Jornal ODIASP
Ligue:
3258-1822
3258-0273

16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo-SP
16º Ofício Cível
Edital de 1º e 2º Praça do bem imóvel, nos termos do art. 879, II do CPC, determino a alienação do(s) bem(ns) penhorado(s) e já avaliados por intermédio de Leilão Público a ser realizado, simultaneamente, por meio presencial e eletrônico Rua Alvaro Carvalho, nº 400, 12º andar, Cj. 2620, Pinheiros, Cep: 05425-011 – São Paulo/Capital. Os bens serão alienados no estado em que se encontram, sem qualquer direito à garantia e para uma informação das executadas **ESPOLIO DE ALCIDES BERNARDI** (RG 1.508.819-SSP/SP, CPF: 002.376.478-34). **E DEMAIS INTERESSADOS. O Dr. Og Cristian Manhatan, MM*. Juiz de Direito da 16ª Vara Cível do Foro CENTRAL da Comarca de São Paulo**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos interessados que a **Fazenda Nacional** ajuizou a execução fiscal para cobrança de R$ 2.**[illegible]**, proferida nos autos do processo **0071891-23.1999.8.26.0011**, requerida por **BEI ARMIDO**, tendo sido designada a venda do bem abaixo descrito, de acordo com as regras expostas a seguir: A 1ª Praça terá início no dia **06 de junho de 2.017, às 15:15 horas**, e encerrará em dia e hora idênticos a data e hora do mesmo dia da semana do mês seguinte, por o valor da avaliação em 1ª Praça, nos 03 (três) dias seguintes, seguir-se-á sem interrupção a 2ª Praça, que se estenderá por no mínimo vinte dias e se **encerrará em 27 de Junho de 2.017, às 15:15 horas**. O(s) bem(ns) deverá(ão) ser ofertados, em primeiro leilão, a partir do valor da avaliação indicado no edital de leilão. Em segundo leilão, serão oferecidos o(s) bem(ns) que não tiverem sido vendidos por valor inferior ao da avaliação (art. 891, parágrafo único do CPC). **O Leiloeiro Público Oficial receberá lances à vista e não haverá Licitante arbitrá o certame licitatório para o pagamento em parcelas, sendo permitido o parcelamento mediante sinal à vista do valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance e o remanescente em até 30 (tinta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, de 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento) sobre o valor do lance, vencendo-se a parcela mensal, a partir do dia seguinte do bem ter sido arrematado, sendo o restante, a partir do dia da arrematação do bem** no lance. No caso de atraso no pagamento de qualquer parcela, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida e as parcelas vincendas (art. 895, §4º do CPC). Para a realização do leilão, nomeio o Senhor Gustavo Cristiano Samuel dos Reis, matriculado na Jucesp sob o nº 790, com escritório na Rua Joaquim Antunes, Lebesgue/AZ Serviços Oficial, conjunto 2620, Pinheiros, Cep: 05425-011 – São Paulo - Capital , Telefone: 011 3101-1888, endereço eletrônico juridico@stilioleiloes.com.br, site www.stilioleiloes.com.br e atendimento@stilioleiloes.com.br. Cabe ao leiloeiro oficial, por conta do arrematante todas as providências necessárias para a imissão na posse do imóvel, bem como, as despesas com transferências, incluindo taxas e emolumentos cartorários, excepto despesas fiscais e tributárias geradas pelo imóvel, que é responsabilidade do arrematante nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional. O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24 horas após a ciência do lance ofertado e aceito pelo leiloeiro oficial, através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. O arrematante deverá pagar ainda a Gustavo Reis Leilões, no mesmo prazo, a título de comissão, o valor correspondente a 5% sobre o preço de arrematação do imóvel, conforme disposição expressa do artigo 24, parágrafo 7º da Resolução nº 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça. Os valores devem ser depositados na Conta corrente nº 69200-9, da Agencia 0296 da Caixa Econômica Federal, não estando a referida comissão incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias a vontade do arrematante e deduzida as despesas incorridas. **Descrição do bem objeto do leilão:** Terreno, medindo 25,00m de frente, 25,00m de fundo, 10,00m de largura e 25,00m de extensão, perfazendo 625,00m², equivalente a 28,5586 alqueires, correnga num ponto de chapada, distante cerca de 125,87m do Rio Capivary, deste ponto segue pela Chapada, dividindo com Jorge Falletti, na extensão de 1.014,96m, de onde a esquerda segue pela chapada, dividindo com Henrique Domingues da Silva, na extensão de 1.260,69m, até encontrar as divisas de terras de Dulcinéia Gullo, de onde a esquerda segue pela chapada, dividindo com Dulcinéia Gullo, na extensão de 1.260,69m, até encontrar as divisas de terras de Dulcinéia Gullo, de onde a esquerda segue pela chapada, dividindo com Dulcinéia Gullo, na extensão de 1.260,69m, até encontrar as divisas de terras de Amburinha, dividindo com Durante Gullo, deflete a direita e segue na extensão de 175m, dividindo com a SABESP, ex Comasp, até um ponto, onde defletindo a esquerda segue na extensão de 125m dividindo ainda com a Sabesp, até um caminho de onde defletindo a direita segue na extensão de 125m dividindo com a Sabesp, onde defletindo novamente a direita segue na extensão de 210m, fazendo ainda divisa com a Sabesp até dar na Estrada de acesso a Barragem, por onde segue na extensão de 1.100m, dividindo com a Sabesp, até dar no ponto de Chapada, onde iniciaram estas divisas, objeto da matrícula 79.904 do 11º CRI/SP; Consta conforme R.3, que os proprietários do imóvel, instituíram Servidão a favor da CESP – Companhia Energética de São Paulo; Consta conforme R.4, que os proprietários do imóvel, instituíram Servidão a favor de FURNAS Centrais Elétricas S.A; Consta conforme Av.8, penhora da parte ideal de 25% do imóvel, nos autos nº 2005.013508-9, que tramita perante a 12ª Vara Cível da Capital/SP; **Avaliação: R$578.000,00 (Out./2011);** valor que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ-SP. **Para a realização do leilão, deverão ser observadas as seguintes diretrizes: 1.** Deve a Secretaria intimar o credor/exequente no prazo de 05 (cinco) dias; **2.** Junte aos autos memória do cálculo atualizado da dívida; **3.** Em se tratando o bem penhorado de bem imóvel, deve o credor/exequente juntar aos autos certidão atualizada da matrícula do imóvel. Caso trate-se de imóvel rural, deverá o credor/exequente trazer aos autos documento que demonstre o número do CCIR do INCRA, exceto na hipótese de tal número já constar na matrícula do imóvel; **4.** Em se tratando o bem penhorado de veículo, deve o credor/exequente juntar aos autos certidão atualizada de propriedade expedida pelo Detran competente; **5.** Caso o bem penhorado trate-se de bem móvel, deve a Secretaria intimar pessoalmente o devedor/executado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entregue os bens penhorados diretamente ao leiloeiro público oficial nomeado, devendo fazê-lo mediante os contatos indicados no presente despacho, sob pena de, não o fazendo, ser considerado ato atentatório à justiça, nos termos do art. 77, IV do CPC, ficando o devedor/executado sujeito à imposição de multa e demais cominações legais. Caso o

TOYO SETAL

EBR

TS PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA.

CNPJ nº 15.284.980/0001-79

Relatório da Administração 2016

Senhores acionistas: A Diretoria da TS Participações e Investimentos S.A ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "Grupo"), submete à apreciação de Vocês, o relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016. **Cenário Econômico Brasileiro**: O crescimento estimado da economia mundial passou para 3% em 2016 e deve desacelerar levemente em 2017, especialmente por conta da redução do ritmo de crescimento da economia norte-americana e chinesa, que apresentou o menor crescimento dos últimos 26 anos. A América Latina também foi negativamente afetada, principalmente pela deterioração do cenário econômico brasileiro, que também passou por recessão, e mais recentemente pela crise econômica e política na Venezuela. Quanto ao setor de Petróleo e Gás, o preço do barril de petróleo Brent, que havia chegado a US$ 115 em meados de 2014, caiu para US$ 45 em dezembro 2016, depois de atingir o menor patamar desde dezembro 2004 (US$ 35 em fevereiro 2016). Ao longo do ano 2016 o Brasil teve um recuo de 3,6% no PIB, o que foi o pior resultado desde o início da série histórica, o Banco Central do Brasil elevou a taxa de juros básica (Selic) para 14,25% ao ano em dezembro 2016, depois de ter iniciado o ciclo de alta em outubro de 2013, quando a taxa estava em 7,25% ao ano. O IPCA acumulado em 2016 ficou em 6,29%, menor taxa nos últimos três anos e abaixo do teto da meta estipulada pelo Banco Central. A taxa de desemprego no Brasil ficou em 14,25%, em dezembro 2016, depois de ter atingido o pico de 13,7% no trimestre móvel encerrado em dezembro 2016, o que representou o maior crescimento do número de pessoas em busca de emprego, sendo 1,4 milhões de pessoas a mais em relação ao trimestre imediatamente anterior. Os indicadores de confiança do consumidor e empresarial (CAGED) A inflação medida pelo IPC-A encerrou 2016 em 6,29%, menor taxa nos últimos três anos e abaixo do teto da meta estipulada pelo Banco Central. A taxa de juros básica (Selic), que encerrou em 14,25%, em dezembro 2016, depois de ter iniciado o ciclo de alta em outubro de 2013, quando a taxa estava em 7,25% ao ano. O Brasil teve um recuo de 3,6% no PIB, o que foi o pior resultado desde o início da série histórica, o Banco Central do Brasil elevou a taxa de juros básica (Selic) para 14,25% ao ano em dezembro 2016, depois de ter iniciado o ciclo de alta em outubro de 2013, quando a taxa estava em 7,25% ao ano. **Cenário Político Brasileiro**: O crescimento estimado da economia mundial passou para 3% em 2016 e deve desacelerar levemente em 2017, especialmente por conta da redução do ritmo de crescimento da economia norte-americana e chinesa, que apresentou o menor crescimento dos últimos 26 anos. A América Latina também foi negativamente afetada, principalmente pela deterioração do cenário econômico brasileiro, que também passou por recessão, e mais recentemente pela crise econômica e política na Venezuela. Quanto ao setor de Petróleo e Gás, o preço do barril de petróleo Brent, que havia chegado a US$ 115 em meados de 2014, caiu para US$ 45 em dezembro 2016, depois de atingir o menor patamar desde dezembro 2004 (US$ 35 em fevereiro 2016). A taxa de desemprego no Brasil ficou em 14,25%, em dezembro 2016, depois de ter atingido o pico de 13,7% no trimestre móvel encerrado em dezembro 2016, o que representou o maior crescimento do número de pessoas em busca de emprego, sendo 1,4 milhões de pessoas a mais em relação ao trimestre imediatamente anterior. Os indicadores de confiança do consumidor e empresarial (CAGED). A inflação medida pelo IPC-A encerrou 2016 em 6,29%, menor taxa nos últimos três anos e abaixo do teto da meta estipulada pelo Banco Central. A taxa de juros básica (Selic), que encerrou em 14,25%, em dezembro 2016, depois de ter iniciado o ciclo de alta em outubro de 2013, quando a taxa estava em 7,25% ao ano. Entre dezembro 2014 e dezembro 2016, o Brasil teve um recuo de 3,6% no PIB, o que foi o pior resultado desde o início da série histórica, o Banco Central do Brasil elevou a taxa de juros básica (Selic) para 14,25% ao ano em dezembro 2016, depois de ter iniciado o ciclo de alta em outubro de 2013, quando a taxa estava em 7,25% ao ano. O IPCA acumulado em 2016 ficou em 6,29%, menor taxa nos últimos três anos e abaixo do teto da meta estipulada pelo Banco Central.

GRANDES OPORTUNIDADES EM LEILÃO!

PRÓXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Condutor da Praça- A praça será realizada por MEIO ELETRÔNICO através do Portal: www.canaljudicial.com.br/goldleiloes e será conduzida pelo Gestor Leiloeiro Oficial Ulian Aparecido da Silva- JUCESP 958. Na segunda praça o valor mínimo para venda corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação judicial, nos termos do artigo 13 do provimento CSM 1625/2009. Da comissão da Gestora Judicial- O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD, a título de comissão o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sob o preço de arrematação do imóvel. Dos lances- Os lances deverão ser ofertados pela rede internet, através do Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. Da responsabilidade do arrematante- Serão de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas a transferência dos imóveis, tais como recolhimento do ITBI, foro, laudêmio, taxas alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive dados apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reformas não averbadas no Órgão competente e, ainda, dívidas relativas ao condomínio, resguardada a possibilidade de ação regressiva contra o devedor principal, perante ao Órgão competente. Débitos de IPTU- Eventuais débitos de IPTU ficam sub-rogados no valor da arrematação nos exatos termos do art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, mediante apresentação do extrato de débitos fiscais apresentado pelo arrematante. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloeis. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Provimento CSM nº 1.625/09 do TJSP e o caput do artigo 335, do Código Penal. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) ANTONIO PEREIRA FERRAZ ME (CNPJ 74.037.375/0001-62), e os proprietários ANTONIO PEREIRA FERRAZ (CPF 914.660.328-04), MARIA HELENA RIBEIRO FERRAZ (CPF 944.157.498-87), e demais interessados, expedido nos autos da ação de Carta Precatória Cível – Proc. 0015242-77.2016.8.26.0021 – Ajuizada por CIA ULTRAGAZ S/A (CNPJ 61.602.199/0001-12). A Dra. Edna Kyoko Kano, Juíza de Direito da Setor de Cartas Precatórias Cíveis da Capital/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 08/06/2017 às 14:00h, e com término no dia 09/06/2017 às 14:00h, entregando-o a quem mais der, valor igual ou superior ao avaliado, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/06/2017 às 14:31h, e com término no dia 28/06/2017 às 14:30h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): Um veículo HONDA Civic LXR, ano 2013/2014, cor prata, placa FDM-5398, Chassi 93HFB9640EZ114965, com riscos, e problemas na direção hidráulica. Local: Av. Professor Mariano Salvarani, nº 262, Jardim Camila, Mogi das Cruzes/SP. AVALIAÇÃO: R$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais) em 15/12/2016. ÔNUS: Dos Autos, nada consta. DEPOSITÁRIO: ESEQUIEL POMPEO DOS REIS. Débito Exequendo: R$ 1.943,71 até fevereiro de 2017. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

3ª Vara Cível de Mogi das Cruzes. Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) móvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) ESEQUIEL POMPEO DOS REIS (CPF 281.743.566-53), e demais interessados, expedido nos autos da ação de Cumprimento de sentença – Proc. 0014949-04.2009.8.26.0361/05– Ajuizada por MARIA LUIZA VASCONCELOS MORENO (CPF , LUCIANA RODRIGUES CARDOSO LEMES. O Dr. Fabricio Henrique Canelas, Juiz de Direito da 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOGI DAS CRUZES/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 08/06/2017 às 14:00h, e com término no dia 09/06/2017 às 14:00h, entregando-o a quem mais der, valor igual ou superior ao avaliado, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/06/2017 às 14:31h, e com término no dia 28/06/2017 às 14:30h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 70% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): Um veículo HONDA Civic LXR, ano 2013/2014, cor prata, placa FDM-5398, Chassi 93HFB9640EZ114965, com riscos, e problemas na direção hidráulica. Local: Av. Professor Mariano Salvarani, nº 262, Jardim Camila, Mogi das Cruzes/SP. AVALIAÇÃO: R$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais) em 15/12/2016. ÔNUS: Dos Autos, nada consta. DEPOSITÁRIO: ESEQUIEL POMPEO DOS REIS. Débito Exequendo: R$ 1.943,71 até fevereiro de 2017. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

4ª Vara Cível de Mogi das Cruzes. Edital de Leilão Único de bem imóvel e para intimação dos requeridos MÁRCIO FERREIRA SERRA (CPF 525.250.518-49) e s/mulher MARIA DE LAS MERCEDES DIAZ FERNANDEZ SERRA (CPF 525.250.518-49), SÉRGIO CLÁUDIO FERREIRA SERRA (CPF 005.968.208-00) e s/mulher REGINA ROBERTO SERRA (CPF 917.268.248-00) e s/mulher REGINA MARIA OSONNO SERRA (CPF 115.696.808-80), SAMUEL FERREIRA SERRA (CPF 009.982.518-01) e s/mulher SILVANA GATTO SERRA (CPF 025.020.528-90), JACIRA COBIANCHI SERRA (CPF 139.103.638-73) representada por seu curador JOSMAR COBIANCHI, MARIA APARECIDA CALARGA SERRA (CPF 022.860.358-73), DEBORA COBIANCHI SERRA (CPF 205.421.478-74) e MARCUS VINICIUS COBIANCHI SERRA (CPF 308.677.918-70) e demais interessados, expedido nos autos da ALIENAÇÃO JUDICIAL nº 0020483-89.2010.8.26.0361, Ajuizada por MIGUEL VIRGINIO DOS SANTOS FILHO e s/mulher SONIA SERRA VIRGINIO DOS SANTOS (CPF 651.111.178-49 e 610.396.598-53 respectivamente). A Dra. Ana Carmem de Souza Silva, Juíza de Direito da 4ª Vara Cível do Fórum da Comarca de Mogi das Cruzes/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/06/2017 às 14:30h, e com término no dia 08/06/2017 às 14:30h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao avaliado, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/06/2017 às 14:31h, e com término no dia 28/06/2017 às 14:30h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 80% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): 1) UM PRÉDIO RESIDENCIAL, situado com frente para a Rua Gaspar Conqueiro, nº 244, e seu respectivo terreno composto lotes nº 12 e 32 da quadra 1 da VILA VITÓRIA, no Bairro Lapa do centro urbano distrito de Mogi das Cruzes, município e comarca de Mogi das Cruzes, medindo o terreno 20,00m de frente, igual largura nos fundos, por 50,00m da frente aos fundos de ambos os lados, encerrando a área de 1.000,00m2, e confrontando pelo lado direito, de quem olha da Rua Gaspar Conqueiro com propriedade de Konkab Bunduki, anteriormente com Lúcia Santos; do lado esquerdo com Edifício Sunlife, antes com sucessores de Antonio Nacif; e aos fundos com partes dos imóveis de propriedade de José Eroles, Américo Favalli e João da Silva Bastos, tudo conforme se comprova pelo certidão Municipal de nº 1.277/89. Objeto da Matrícula nº 30.949 – 1º CRI de Mogi das Cruzes, cadastro Municipal nº 07.092.0026.00. AVALIAÇÃO: R$ 1.137.000,00 (um milhão, cento e trinta e sete mil reais) em 12/12/2013, que se atualizado até a data do leilão eletrônico. ÔNUS: Consta na matrícula do imóvel: R.8 Penhora referente ao processo 4412/06 que tramita na Vara de Serviço Anexo das Fazendas desta Comarca, Processo nº 4412/06. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

30ª Vara Cível do Foro Central. Edital de 1º e 2º Praça de bem imóvel e para intimação do(a)(s) ora executado(a)(s) ESPÓLIO DE GABRIEL MANSUR, representado por seu inventariante DANIEL FERNANDO DE OLIVEIRA MANSUR (CPF 248.313.638-98); FERNANDO PARSEQUIAN (CPF 091.600.098-29), e LUCIANA PINORI ALVES PARSEQUIAN (CPF 075.948.968-82), o terceiro interessado ANDRÉ FONSECA DA ROCHA e CONDOMÍNIO EDIFÍCIO LIO, expedido nos autos da Ação CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA – Proc. 1012334-02.2007.8.26.0100 – ora movida por DEPÓSITO DE MEIAS E MALHAS GREGÓRIO LTDA (CNPJ 62.831.664/0001-50) na pessoa de seu representante legal. O Dr. GUILHERME SANTINI TEODORO, Juiz de Direito da 30ª Vara Cível do Fórum Central da Comarca da Capital/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/06/2017 às 14:00h, e com término no dia 08/06/2017 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao avaliado, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/06/2017 às 14:31h, e com término no dia 28/06/2017 às 14:30h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): APARTAMENTO nº 121, localizado no 12º andar do EDIFÍCIO LIO, à Rua Nunes de Guimarães, nº 147 e 149 Subdistrito – Santa Ifigênia, com área real privativa de 155,10, área real comum de divisão proporcional de 50,772m2 e área real total de 205,872m2, cabendo-lhe a fração ideal de 2,5271% no terreno descrito na matrícula 70.534 deste cartório, na qual sob nº 3 foi registrada a especificação de condomínio do referido edifício. Contribuinte nº 080.093.1024-7. Matrícula nº 76.764 do 10º CRI de São Paulo. AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 1.371.971,58 (um milhão, trezentos e setenta e um mil, novecentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos), atualizado até abril/2017, e que deverá ser atualizada na data do efetivo leilão eletrônico. ÔNUS e DÉBITOS: Consta da certidão de ônus extraída pela ARISP na data de 27/2/2016, conforme AV-1 de 05.10.2012 – PENHORA em favor do Condomínio Edifício Lio, nos autos em tramite pela 3ª Vara Cível Reg. Lapa, ação de Procedimento Comum – Despesas Condominiais, processo nº 1003854-85.2014.8.26.0004, para garantia da dívida de R$ 121.105,82 até abril de 2017. Consta também, ação de Procedimento Comum – Despesas Condominiais, sob nº 1000911-61.2015.8.26.0004, para garantia do valor de R$ 272.732,34 até abril de 2017 – 2ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa/SP. Apartamento 121: Constam débitos de IPTU do ano corrente no valor de R$ 3.388,02, e, inscrição na dívida ativa no valor total de R$ 30.176,21, ambos até 17.04.2017. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

4ª Vara Cível do Foro da Lapa. Edital de 1º e 2º Praça de bem imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) JACIEL ALVES DOS SANTOS (CPF 089.335.058-30) e sua cônjuge se casado for, bem como do credor hipotecário CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, e demais interessados, expedido nos autos da ação de Procedimento SUMÁRIO – Despesas Condominiais– Proc. nº 0100794-13.2006.8.26.0004 (004.06.100794-6) – Ajuizada por CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARADA DE TAIPAS – (CNPJ 05.013.650/0001-95). O Dr. Luiz Fernando Silva Oliveira, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/06/2017 às 11:00h, e com término no dia 08/06/2017 às 11:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao avaliado, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/06/2017 às 11:01h, e com término no dia 28/06/2017 às 11:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% do valor de avaliação (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): APARTAMENTO Nº 43, localizado no 4º andar do BLOCO "2", integante do empreendimento imobiliário denominado "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARADA DE TAIPAS", situado à Avenida Eliseu Teixeira Leite, nº 7.400 e Rua Monte Azul Paulista, na Vila Santo Estevão Rei, no Distrito de Perus, com a área privativa de 45,350m2, a área comum de 53,160m2, perfazendo a área total de 98,510m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 1/196 avos no terreno e nas demais partes e coisas comuns do condomínio. Contribuinte: 190.087.0139-0 (maior área). Na Matrícula nº 162.331 do 18º CRI da Capital. COMPARTIMENTOS: Sala de estar, dois dormitórios, banheiro, cozinha. AVALIAÇÃO: R$ 219.288,01 (Duzentos e dezenove mil, duzentos e oitenta e oito reais e um centavo) (março/2017 - atualização pelo contador a fls. 382), e que será devidamente atualizado até a data do leilão. ÔNUS: Consta da certidão de ônus conforme AV-1 de 29.10.2001 – HIPOTECA em favor da Caixa Economica Federal - CEF. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

BNDES facilitará crédito às pequenas e médias empresas

O presidente interino do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ricardo Ramos, declarou que a instituição tem trabalhado no aumento da transparência sobre o acesso às linhas de crédito voltadas para pequenas e médias empresas. Ele participou do Fórum de Investimentos Brasil 2017 na quarta-feira (31) na capital paulista.

Ramos substitui Maria Silvia Bastos Marques, que deixou a presidência há cinco dias. O economista Paulo Rabello de Castro, indicado pelo presidente Michel Temer, ainda não assumiu o cargo. Segundo Ramos, o incentivo à pequena e média empresa está entre as três grandes áreas do BNDES, que incluem também infraestrutura e inovação.

O banco disponibiliza na internet, de acordo com ele, as linhas de financiamento para as empresas de menor porte. "Numa tentativa de dar mais acesso ao crédito, dar mais transparência. A gente está com foco bastante preciso nesse público", disse. "Assim, o próprio empresário consegue entender as possibilidades que ele tem", completou. (Agencia Brasil)

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF Nº. 09.367.702/0001-82 - NIRE Nº. 35300352858 - COMPANHIA FECHADA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2017

ATA LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO CONFORME FACULTA O ARTIGO 130, PARÁGRAFO 1º, DA LEI Nº 6.404, DE 15.12.1976 ("LSA")

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 10 de maio de 2017, às 10h00, na sede da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Foram cumpridas, no Livro de Presença, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da LSA, constatando-se a presença de todos os acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no livro de "Registro de Presença de Acionistas". **3. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO PRÉVIAS:** Os avisos de que tratam os artigos 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade dos acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 da referida Lei. **4. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Linhares da Cunha e o Sr. Marcus Rodrigo de Senna, como secretário. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre o aumento de capital social de sua controlada Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S/A ("MSVIA"). **6. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos, após debates e discussões, foram deliberadas e aprovadas o aumento do capital social da sua controlada direta MSVIA, no valor R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com a emissão de 14.000.000 (quatorze milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a ser integralizado mediante data em moeda corrente nacional pela Companhia, única acionista da MSVIA, passando o capital social da MSVIA a ser R$ 676.000.000,00 (seiscentos e setenta e seis milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 676.000.000 (seiscentas e setenta e seis milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tudo conforme termos e condições aprovados nesta data. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelos membros da mesa e por todos os Acionistas. São Paulo/SP, 10 de maio de 2017. Sr. Antonio Linhares da Cunha, Presidente e Sr. Marcus Rodrigo de Senna, Secretário. **Acionistas: (1) CCR S/A**, p. Sr. Italo Roppa e Sr. Paulo Yukio Fukuzaki; e **(2) CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços**, p. Sr. Wagner Gudson Marques. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº. 05, às folhas 90 e 91. **Sr. Marcus Rodrigo de Senna** - Secretário. JUCESP nº 237.527/17-0 em 26/05/2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL
PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

HELIO JOSE ABDOU, leiloeiro oficial estabelecido a Rua Marconi, nº 31, 8º andar, Conjunto 82, República, São Paulo/SP, FAZ SABER que, devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO (HABITAÇÃO), pelo Sistema Financeiro de Habitação, venderá na forma do Decreto lei nº 70 de 21/ 11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 13/69, RC 24/68 e RD 8/70 e CFG 10/77 do BNH , e Lei nº 8004 de 14/03/1990, no dia, hora e local abaixo referido, os imóveis adiante descritos, com todas as suas benfeitorias, instalações, pertences e acessórios, para pagamento de dívidas hipotecárias em favor da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda será feita pelo maior lance obtido, a vista ou com financiamento. A venda à vista, com recursos próprios, será feita mediante pagamento integral no ato do leilão, podendo, também, o arrematante pagar no ato, como sinal, 20% do preço da arrematação e o saldo restante, no prazo improrrogável de dez (10) dias, sob pena e perda do sinal dado. Quando o recurso utilizado for o FGTS, o arrematante deverá apresentar, no ato da compra, a carta de habilitação do FGTS. A venda com financiamento, o arrematante deverá apresentar a Carta de Credito, no Ato da Compra, que poderá ser emitida por qualquer Agência da Caixa. O Arrematante que utilizar carta de crédito como parte do pagamento fica ciente de que o Valor do crédito oferecido de avaliação para fins de garantia real e que deverá cumprir todas as exigências determinadas pelo credor de forma a satisfazer as condições de financiamento, podendo suportar com eventuais diferenças a serem pagas com recursos próprios para efetivar a aquisição do imóvel. Caso o arrematante não preencha os requisitos do agente fiduciário, comissão do Leiloeiro, registro da Carta de Arrematação, despesas do processo de execução, impostos, taxas e débitos fiscais e condominiais correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo. Os lances mínimos para a venda à o maior valor entre o valor da dívida total e o valor da avaliação do imóvel, sujeitos, porém, à atualização até o dia da realização da praça. Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais. Os devedores ficam desde já cientificados de que, caso não se encontrem em poder do leiloeiro, o leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis. Ficam, desde já, intimados do presente Leilão, os devedores hipotecários, caso não tenham sido localizados. INFORMAÇÕES: (11) 3129-8619 / (11) 5258-0007 - E-mail: sp@leiloesbrasil.com.br.

PRAÇA: SÃO PAULO/SP. DATA: 20/06/2017; HORÁRIO: DAS 10:00 AS 10:15h

LOCAL: RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, AG. ESTADOS UNIDOS - COD 2887-SÃO PAULO/SP

Contrato: 1.0235.4135792-6 - SED: EG0164/13 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA

DEVEDOR(ES): RAIMUNDA TELMA DE MACEDO SANTOS, BRASILEIRA, SOLTEIRA, MAIOR, FARMACEUTICA, CPF: 075.176.883-91, RG: 11.814.055-SP. Imóvel sito à: RUA ARISTIDES LOPES, 177 (ENTRADA PRINCIPAL ESQUINA DE RUAS LAVINIO SALLES ARCURI E CEZAR PENNA RAMOS, AP 32, NO 3º ANDAR DO BLOCO 4, EDIFÍCIO ROSA, CONJUNTO RESIDENCIAL DAS FLORES, NO 23º SUBDISTRITO CASA VERDE - SÃO PAULO/SP. Descrição: Contendo a área útil de 44,66m2 e área comum de 49,254m2, nesta incluída área de garagem, perfazendo a área construída de 93,914m2, correspondendo-lhe uma fração ideal de 1,3889% no terreno condominial, cabendo a esse apartamento uma vaga no estacionamento coletivo, descoberto, localizado no pavimento térreo do conjunto para um automóvel de passeio ou do tipo utilitário, em local indeterminado. Lance Mínimo Previsto: R$ 816.099,88.

Contrato: 8.0238.0064322-7 - SED: EG0169/13 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA

DEVEDOR(ES): SERGIO BAPTISTA VICTORIO, BRASILEIRO, CASADO SOB O REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, NA VIGÊNCIA DA LEI 6.515/77, TÉC. CONTABILIDADE, CPF: 047.958.268-89, RG: 13.967.918-X-SSP/SP e seu cônjuge **MARLENE PEREIRA SANTOS VICTORIO,** BRASILEIRA, CPF: 082.860.578-56, RG: 13.507.993-7-SSP/SP. Imóvel sito à: RUA ESTEVÃO JORDAN, Nº 254 E RUA LODOVICO MAZZOLINO, AP 703, NO EMPREENDIMENTO TERRENO DO BLOCO 7, RESIDENCIAL VILA VERDE, NO BAIRRO DO CAPÃO REDONDO OU TUPAROQUERA, 29º SUBDISTRITO SANTO AMARO - SÃO PAULO/SP. Descrição: Com a área privativa de 51,24m2 e a área comum de 8,40m2, nesta já incluída a área correspondente a 01 vaga indeterminada no estacionamento coletivo, localizado a nível do térreo, para guarda de 01 automóvel, perfazendo a área total de 59,64m2, correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,48077% no terreno condominial. Parte do terreno condominial acha-se gravado por uma servidão, instituída em caráter irretratável e irrevogável, a favor da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP. Lance Mínimo Previsto: R$ 200.000,00.

São Paulo, 01/06/2017.
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP603.
Leiloeiro Oficial

01 - 10 - 20/06/2017

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Washington Luiz Pereira Vizeu, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 414, com escritório à Av. Indianópolis, 2895, Bairro Planalto, cidade São Paulo/SP, devidamente autorizado pela **CAIU UNIBANCO S/A,** inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do contrato de financiamento imobiliário 0103637003 de 05/06/2014, no qual figura como Fiduciante o Sr. **PAULO HENRIQUE BARBOSA**, solteiro, maior, projetista de estrutura, RG 33.924.498-TSP e CPF 354.042.988-39, residente e domiciliada na Rua Etiopia, 501, Parque Monte Alegre, Taboão da Serra/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de junho de 2017, às 10:00 horas**, à Av. Indianópolis, 2895, Planalto Paulista, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 662,250,43 (Seiscentos e sessenta e dois mil e oitocentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciante (consultado pela Apartamento 41, do 4º pavimento do bloco A, do Edifício Camélia do Residencial Jardins da Cidade, integrante do Jardins da Cidade Condomínio Clube, com área útil de 107,77m², área de uso comum de 66,88m² e área total de 174,65m², cabendo-lhe a fração ideal de 0,7692%, Taboão da Serra/SP. Matrícula 116.710 do 18º CRI da Capital. Cadastro da Serra/SP. Obs: Ocupado. Descocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 27 de junho de 2017**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 398,538,58 (Trezentos e noventa e oito mil e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.vizeuonline.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **CADASTRE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, sob pena de não habilitação. Os lances poderão ser ofertados pela rede internet, através do site **www.vizeuonline.com.br**, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. Arrematante será efetuada em caráter "ad corpus", no estado de conservação em que se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O arrematante pagará no ato, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, no valor de 5% sobre o valor de arrematação. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro **www.vizeuonline.com.br**, o qual o participante deslara ter lido e concordando com os seus termos e condições já estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, obrigaga ao cumprimento do horário oficial de Brasília/DF, sendo o horário oficial do site do leiloeiro. Os demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Info. (19) 3234-5123 ou (19) 3278-0102 www.vizeuonline.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 dias. (Processo nº 1012147-07.2014.8.26.0100). O Dr. Helmer Augusto Cravetto Amaral, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Central da Capital, etc. **FAZ SABER a MARCOS MACEDO NAVARRO** (CPF 598.280.306-49), **CPF 598.280.306-10), que KARINA VASCONCELLOS FERREIRA**, ajuizou uma **ação Declaratória Cumulada com Obrigação de Fazer, pelo Rito Comum**, objetivando a autora que seja julgada procedente para que seja reconhecido o desempenho no lançamento in natura do bando RESTART ser consegui o sucesso almejado desde o início, seja determinada por este juízo o pagamento pelos réus sem honorários profissionais no percentual de dez por cento(10%), sob a ação de perdas e danos BANDA ESTART, a partir de outubro/2009 a outubro/214, com valor a ser apurado no curso do processo. Encontrando-se o réu em lugar ignorado e em cumprimento a determinação do processo, expeço o presente edital, para que atue e tome ciência da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. ♦

01 a 20/06

ZANETTINI, BAROSSI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ Nº 61.357.406/0001-10

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 26 de Abril de 2017

Data, hora e local da reunião: 26.04.2017, às 16:00 horas, na sede social, na Av. Carioca nº 446, Vila Carioca, São Paulo, SP; **Presença**: Antonio Carlos Barossi, Regina Luisa Barossi, Melissa Tancredi Zanettini, Ricardo Tancredi Zanettini; **Mesa diretora dos trabalhos**: Antonio Carlos Barossi, presidente, Regina Luisa Barossi , secretária; **Deliberações tomadas a unanimidade**: eleição da diretoria para funcionar no triênio 2017/2019, cujo mandato se estenderá até a assembléia geral ordinária a realizar-se em abril de 2020, a saber: Diretor-Superintendente, Wagner Pólo, brasileiro, casado, administrador de empresas, C.R.T.A nº 11.347, domiciliado e residente nesta capital, na rua Rodrigo Claudio nº 161 , apto 121, CPF nº 014.494.4 e CPF nº 04.7.000.000-00 (**reeleito**); Diretor-Administrativo, **Antonio Carlos Barossi**, brasileiro, casado, arquiteto, domiciliado e residente nesta capital, na rua Cayowaá nº 2046 ap.93 - Bl.3, Perdizes, CEP 01258-010, RG nº 6.045.906 e CPF nº 808.936.358-04, (**reeleito**); Diretor-Técnico, Miguel Geffen, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado e residente nesta capital, na Rua Barão de Monte Santo nº 1611 - apto. 151 - CEP 03123-020, RG nº 3.490.382-3, CPF nº 067.259.108-15 (**reeleito**); os cargos de diretor-financeiro e os dois de diretores-adjuntos permanecem vagos até oportuno pedido/nomeação. Lavrada esta ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, foi lida e aprovada pelos Conselheiros presentes. São Paulo, 26 de abril de 2017. Antonio Carlos Barossi, Presidente, Regina Luisa Barossi, Secretária. Antonio Carlos Barossi, Regina Luisa Barossi, Melissa Tancredi Zanettini, Ricardo Tancredi Zanettini. **Jucesp** - Registro sob o nº 243.236/17-7 em 29/05/17. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Unigel S.A.

CNPJ/MF nº 05.303.681/0001-28 - NIRE 35.300.192.079

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada no dia 27/10/2014.

Data, hora e local: 27/10/2014, às 13hs, na sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1726, 13º andar, conjunto 131, parte A, Bairro Bibi, São Paulo/SP. CEP 04543-000. **Presenças**: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas". Foi contatada a **Assembleia Geral Extraordinária**, sob a direção do mesmo composta pelo Sr. Henri Benamou Steyngart como Presidente, e a Sra. Daniela Alves da Silva, como Secretária. **Publicações:** Dispensadas as publicações dos avisos

TOYO SETAL

TOYO SETAL EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ nº 15.563.826/0001-36

Relatório da Administração 2016

Senhores sócios, parceiros, fornecedores e clientes, A Diretoria do Toyo Setal Empreendimentos Ltda. ("Companhia"), submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016. **Cenário Econômico Brasileiro**: O crescimento estimado da economia mundial para o ano de 2016 indicou desaceleração frente a 2015, especialmente por conta da redução do ritmo de crescimento da economia norte-americana e chinesa, que apresentou o menor crescimento dos últimos 26 anos. A América Latina também foi negativamente afetada, principalmente pela deterioração do cenário econômico brasileiro. O PIB brasileiro contraiu-se novamente em 2016, colaborando com o fechamento de 1,3 milhões de empregos formais, segundo dados do Caderno Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A inflação medida pelo IPCA encerrou 2016 em 6,29%, menor taxa do últimos três anos e abaixo do teto da meta estipulada pelo Banco Central. A taxa de juros SELIC, que encerrou o ano de 2015 em 14,25%, atingiu 13,75% em dezembro 2016, enquanto o dólar americano fechou em R$ 3,3259 ao final do ano 2016, primeira queda gradual desde 2010. O ano de 2016 também foi marcado por diversas e importantes mudanças no cenário político brasileiro, que ainda repercutem sobre os rumos do novo governo, a exemplo: a) a aprovação pelo Congresso do novo regime fiscal, primeira queda gradual desde 2010. O ano de 2016 também foi marcado por diversas e importantes mudanças no cenário político brasileiro, que ainda repercutem sobre os rumos do novo governo, a exemplo: a) a aprovação pelo Congresso do novo regime fiscal, que estabelece um teto para os gastos públicos por nove anos; e b) o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff foi abstendo definitivamente da Presidência da República, sendo substituída pelo então vice-presidente Michel Temer. Todas essas mudanças, e a continuidade das desencadeamentos da Operação Lava-Jato, resultaram uma série de mudanças na equipe política-econômica brasileira. A despeito dos efeitos negativos relatados, a Companhia acredita que o Brasil continua sendo um país com muitas oportunidades de negócio, com relevante mercado consumidor e com instituições fortes e independentes. A diminuição das tensões políticas internas, combinada com a queda da taxa de juros e da inflação, sinalizam a expectativa de saída da recessão e recuperação do crescimento econômico brasileiro para os próximos anos. **Oportunidades e Plano de Negócios**: Dentro deste cenário, a Companhia tem desenvolvido ações comerciais para a viabilidade de suas operações no Brasil, respectivando-se em oportunidades para os próximos anos que possibilitarão o seu equilíbrio econômico e financeiro. Além do seu quadro de pessoal próprio, que é formado por profissionais qualificados para a execução de suas atividades, a Companhia trabalha com a expansão de seus negócios nas áreas de infraestrutura, portos e terminais, planta de biomassa e energia solar, e o entrelamento de novos parceiros de mercado. Em Setembro de 2016, a Petrobrás divulgou seu Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, o qual prevê investimentos de US$ 74 bilhões, sendo US$ 19 bilhões para o setor de Exploração e Produção. Nos demais setores de atuação da companhia, a maior parte dos investimentos ficou com a Petrobrás, que também tem a intenção de vender ativos e parceiros de mercado. Em Setembro de 2016, a Petrobrás divulgou seu Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, o qual prevê investimentos de US$ 74 bilhões, sendo US$ 19 bilhões para o setor de Exploração e Produção. Nos demais setores de atuação da companhia, a maior parte dos investimentos ficou com a Petrobrás, que também tem a intenção de vender ativos e parceiros de mercado. **Perspectivas**: Considerando o grande número de empresas em situação de bloqueio junto à lista Petrobrás, impedidas de participarem em licitações públicas, em fase de acordo de leniência ou até mesmo em processos de recuperação judicial, a Companhia, que não se encontra nessas situações mencionadas, enxerga que nos próximos períodos, por critérios de sustentabilidade técnica e de gestão, o que reforçará a competitividade da mesma. Além disso, a Companhia prevê o surgimento de novos oportunidades com a abertura do mercado de óleo e gás e a consequente desconcentração dos investimentos na Petrobrás em relação aos campos do Pré-Sal, com perspectivas de novos clientes em potencial. **Governança Corporativa**: Em 31/12/2014, foi divulgado em nosso site as notícias envolvendo a Política Federal havia iniciado uma investigação sobre possíveis ilícitos de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores, no âmbito da Operação Lava-Jato, resultaram uma série de mudanças na equipe política-econômica brasileira. A despeito dos efeitos negativos relatados, a Companhia acredita que o Brasil continua sendo um país com muitas oportunidades de negócio, com relevante mercado consumidor e com instituições fortes e independentes. A diminuição das tensões políticas internas, combinada com a queda da taxa de juros e da inflação, sinalizam a expectativa de saída da recessão e recuperação do crescimento econômico brasileiro para os próximos anos. **Oportunidades e Plano de Negócios**: Dentro deste cenário, a Companhia tem desenvolvido ações comerciais para a viabilidade de suas operações no Brasil, respectivando-se em oportunidades para os próximos anos que possibilitarão o seu equilíbrio econômico e financeiro. Além do seu quadro de pessoal próprio, que é formado por profissionais qualificados para a execução de suas atividades, a Companhia trabalha com a expansão de seus negócios nas áreas de infraestrutura, portos e terminais, planta de biomassa e energia solar, e o entrelamento de novos

Jornal O DIA SP

H3 São Paulo Comércio de Alimentos S.A.

Companhia Fechada - CNPJ sob o nº 13.419.024/0001-21 - NIRE 35300411633

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da H3 São Paulo Comércio de Alimentos S.A. ("Companhia") convocados a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 07 de junho de 2017, às 10:00 horas, em 1º (primeira) convocação, na sede da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 3.530, conjunto 62, bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP. CEP 01.402-001, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) destituição dos diretores Décio Mendonça Falcão Júnior e Fabiana Torres; (ii) eleição de novos membros da diretoria da Companhia; (iii) alteração do Estatuto Social da Companhia para alterar o endereço referente à filial Bourbon, inscrita no CNPJ sob o nº 13.419.024/0008-06 e NIRE 35904466018, uma vez que o nome da rua foi alterado pelo prefeito de São Paulo para Rua Palestra Itália nº 500; (iv) alteração do Estatuto Social da Companhia em virtude do encerramento das atividades da filial ABC, inscrita no CNPJ sob nº 13.419.024/0006-36 e NIRE 35904359700, situada à Avenida Pereira Barreto nº 42 – Lojas 62/63 – Centro – Santo André – SP – CEP 09190-210 e por (v) alteração do Estatuto Social da Companhia em virtude do encerramento das atividades da filial Moeca, inscrita no CNPJ sob nº 13.419.024/0007-17 e NIRE 35904359794, situada à Rua Capitão Pacheco Chaves nº 313 – Lja 439L SP – São Paulo – SP – CEP 03128-000. São Paulo/SP, 27 de maio de 2017. Décio Mendonça Falcão Júnior – Diretor Presidente. **(DO, 31/05/2017 e 01/06/2017)**

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF nº. 09.367.702/0001-82 - NIRE nº. 35300352858 - COMPANHIA FECHADA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2017

ATA LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO CONFORME PERMITE O ARTIGO 130, PARÁGRAFO 1º, DA LEI Nº 6.404, DE 15.12.1976 ("LSA")

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 10 de abril de 2017, às 08h00, na sede da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Ficaram consignadas, no Livro de Presença, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da LSA, constatando-se a presença de todos os acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no Livro de "Registro de Presença de Acionistas". **3. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO:** Dispensadas, em virtude de que tratam os artigos 124 e 133 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade dos acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 e parágrafo 4º do artigo 133 da LSA; e **(ii)** o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, foram publicados no dia 07 de maio de 2017 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, páginas 18 a 43, e no Jornal "O Dia" (São Paulo), páginas 09 e 10. **4. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Linhares da Cunha e o Sr. Marcus Rodrigo de Senna, como secretário. **5. LEITURA DOS DOCUMENTOS:** Dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, por serem do conhecimento geral. **6. ORDEM DO DIA: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016; **(ii)** deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital da Companhia referente ao exercício de 2017; **(iii)** deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; **(iv)** fixar a verba global para a remuneração dos administradores, nos termos do artigo 152 da LSA; e **(v)** deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal. **7. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos dos acionistas, após debates e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, foram aprovados: **(i)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, publicados conforme o item "Convocações e Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados pela Deloitte Touche Auditores Independentes, conforme Relatório datado de 03 de março de 2017; **(ii)** O orçamento de capital para o exercício de 2017, no valor de R$ 2.690.697.000,00 (dois bilhões, seiscentos e noventa milhões, seiscentos e noventa e sete mil reais); **(iii)** Considerando que há projetos acumulados ajuizados nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a deliberação sobre a destinação dos resultados ficou prejudicada, não havendo qualquer distribuição; **(iv)** a verba global e anual para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que a montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que foram devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2017, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam, nesta data, à remuneração anual, conforme Termo de Renúncia à Remuneração assinado nesta data; e **(v)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 28 do Estatuto Social. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelos membros da mesa e por todos os Acionistas. São Paulo/SP, 10 de abril de 2017. Sr. Antonio Linhares da Cunha, Presidente e Sr. Marcus Rodrigo de Senna, Secretário. **Acionistas: (1) CCR S/A**, p. Sr. Leonardo Conti Pinto e Sr. Italo Roppa; e **(2) CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços**, p.Sr.Wagner Gudson Marques. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Atas de Assembleias Gerais nº. 05 às folhas 72 a 74. *Sr. Marcus Rodrigo de Senna - Secretário. JUCESP nº 237.826/17-3 em 26.05.2017.* Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Polo Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 29.510.765/0001-53 - NIRE nº 35.300.384.458

Ata de Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 04/07/2016.

Data, Hora e Local: 04/07/2016, às 11:00 horas, na sede da sociedade Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, sala Polo, Cidade Monções, São Paulo/SP CEP 04571-010, reuniram-se os acionistas da **Polo Indústria e Comércio S.A. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Davide Bettoni e Secretária: Srta. Daniela Alves da Silva. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição do Sr. Dario de Carvalho e Mello Junior. **Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade decidiram eleger o **Sr. Dario de Carvalho e Mello Junior**, brasileiro, divorciado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 9.189.449-9 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.775.678-59, CREA/SP nº 060169820, com endereço na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, 11º andar, Ilam Bibi, São Paulo/SP, como diretor sem designação específica, para o restante do mandato até o dia **30/04/2018**. A diretoria fica composta conforme segue: **Sr. Davide Bettoni**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 6.303.073 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 919.410.958-72, como Diretor Superintendente; **Sr. Marcus Rodrigo de Senna**, brasileiro, contador, portador cédula de identidade RG nº 9029058281 SS/RS, inscrito no CPF sob o nº 446.556.220-91, como Diretor sem designação específica, ambos com endereço na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, sala Polo, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-010, e **Sr. Antônio Tülio Ivo Inchausti**, uruguaio, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RNE W 479334-I e inscrito no CPF sob o nº 665.182.530-53, com endereço na BR 386, Km 423, Via 1, 280, Distrito Industrial, Montenegro/RS como Diretor sem designação específica, e o Sr. Dario de Carvalho e Mello Junior, acima qualificado, O diretor eleito declara não estar incurso em quaisquer crimes ou restrições que o impeça de exercer esta função, conforme determina o §1º do artigo 1.011 do Lei 10.406 de 10/01/2002. Código Civil em vigor, sendo desde logo empossado no cargo, servindo a presente de **Termo de Posse** nos termos nos termos nos livros. Os acionistas ratificam todos os atos praticados até a presente data pela diretoria. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrados os trabalhos dos quais se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme foi aprovada, e assinada, conforme autorização dos sócios presentes. Confere com o original lavrado em livro próprio. (Assinaturas: Davide Bettoni – Presidente; Daniela Alves da Silva – Secretária. Diretores: Davide Bettoni, Antônio Tülio Ivo Inchausti, Baltazar Martín y Dario de Carvalho e Mello Junior). São Paulo, 04/07/2016. **Davide Bettoni** – Presidente da Mesa. Diretor Superintendente. **Daniela Alves da Silva** - Secretária da Mesa. **Antônio Tülio Ivo Inchausti** - Diretor. **Baltazar Martín** - Diretor. **Dario de Carvalho e Mello Junior** - Diretor. JUCESP nº 371.537/16-2 em 26/08/2016. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Riclan S.A.

CNPJ/MF nº 56.370.364/0001-18 - NIRE nº 35300017404

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada no Dia 27/04/2017

Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2017, às 10h00, na sede social da Riclan S.A., na Avenida Presidente Kennedy, 754, Rio Claro-SP. CEP 13501-500, com a presença da totalidade dos acionistas, conforme Livro de Presença. Presidente da Mesa, Oswaldo Grisotto Junior e Secretário Mario Schraider Junior, convocação na forma do Parágrafo 4º do Artigo 124 - Lei 6404/76. Apresentado, discutido e votado, sendo aprovados, por unanimidade de votos, sem reservas, com abstenção dos legalmente impedidos, o Relatório e Contas da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2016, peças estas já de conhecimento dos senhores, publicadas no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO páginas 85 e Jornal O Dia SP, página 08, em 26/04/2017 e deliberado não instalar o Conselho Fiscal para o exercício corrente. Em seguida, foram reeleitos, por unanimidade, os membros da Diretoria abaixo: Diretor Presidente: **Sr. Mario Schraider Junior**, brasileiro, industrial, casado, residente e domiciliado na cidade de Rio Claro (SP), na Avenida 2 Conjunto, nº 243, CEP 13501-030, RG nº 6.615.565-4 SSP/SP, CPF/MF nº 092.676.958-72 e, como Diretor, o **Sr. Oswaldo Grisotto Junior**, brasileiro, industrial, casado, residente e domiciliado na cidade de Rio Claro (SP), na Avenida 31, nº 403, CEP 13501-140, RG nº 3.164.035-7 SSP/SP, CPF/MF nº 137.574.158-68. Os respectivos Termos de Desimpedimento dos Diretores eleitos seguem anexo à esta AGO. As demais Diretorias não previstas no Estatuto permanecerão vagas para o período. É fixada a remuneração global de até R$ 62.200,00 (sessenta e dois mil e duzentos reais) mensais, que será distribuída para os Diretores eleitos a critério do Diretor Presidente. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos acionistas presentes. Assinaturas: Oswaldo Grisotto Junior - Presidente e Acionista; Mario Schraider Junior - Secretário e Acionista. A presente ata é cópia fiel lavrada em livro próprio. Oswaldo Grisotto Junior - Presidente e Acionista; Mario Schraider Junior - Secretário e Acionista. **JUCESP** nº 221.107/17-4 em 16/05/2017. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

23ª Vara Cível do Foro Central/SP

Edital de Citação - Prazo de Prazo do Edital: 20 dias Processo Nº 0199132-64.2002.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Amor Engin, na forma da Lei, etc. A Dra. Cristiane Amor Espin Juiza de Direito da 23ª Vara Cível do Foro Central/SP, Faz Saber à Joseph Cattan CPF 011.092.858-09 e Noemi Waisbich Cattan CPF 045.699.018-67 que R.A. Indústria e Comércio Ltda ajuizou ação Procedimento Comum Objetivando a cobrança de R$ 126.114,59 (Out/2002) referente ao negocio Jurídico realizado entre as partes no qual foi emitidos 11 cheques a favor da autora. Encontrando-se os réus em lugar ignorado expediu-se edital para que em 15 dias a fluir após os 20 dias supra, contente o feito sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na forma da Lei. Será o edital por extrato afixado e publicado. Nada Mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, em 24 de maio de 2017.

01 e 02/06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1015906-04.2014.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Guilherme Amaral Toledo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) KIDS PRIME EVENTOS LTDA ME - CNPJ 14.294.587/0001-01; GILBERTO TADEU DOS SANTOS JÚNIOR - CPF 297.574.908-22, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Banco do Brasil S/A, pleiteando a cobrança da importância de R$ 125.000,00, referente ao contrato de Abertura de Crédito - BB Giro Empresa Flex nº 297.505.115 - Cedula nº 203/2013. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de abril de 2017. 01 e 02/06

Edital de Citação – Prazo de 20 dias, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0059322-86.2013.8.26.0100(IUSU. 1118) O(A) Doutor(a) Paulo César Batista dos Santos, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o)(s) réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que **VERA LÚCIA MONTEIRO** e seu filho **ALEXANDRE MAIER** ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Barão de Ladário, nº 964, Apartamentos 102 e 104, do Edifício Hermínia, Bairro do Brás, no 26º Subdistrito - Pari, São Paulo - SP, com área de 152,70 m², cadastrados na Municipalidade de São Paulo sob o nº 017.089.0180-9, alegando possuir o imóvel de forma ininterrupta e sem oposição, bem como exercer, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 26 de janeiro de 2017. 31/05 e 01/06

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1091971-55.2014.8.26.0100(IUSU 0/M). Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Alexandre Bucci, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOSÉ MARIANO GUIDO RAMOS, que a ação de cobrança que lhe foi proposta por parte HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, foi julgada procedente e foi deferido o pedido de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para pagar a quantia de R$ 157.653,47 (atualizado até 05.12.2016), devidamente atualizada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e, ainda, honorários advocatícios de 10% e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil) após o decurso do prazo fixado no presente edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 31/05 01/06

Edital de Citação. Prazo de 30 dias. Proc. 0010806-56.2013.8.26.0004. O Dr. Renato Guanaes Simões Thomsen, MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível - Foro Regional IV, Lapa/SP, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a AMIGO TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ 07.436.681/0001-84, na pessoa de seu representante legal que ELA - Empreendimentos, Locação e Administração Imobiliários Ltda., ajuizou-lhe Ação de Procedimento Comum, objetivando a cobrança de R$ 118.100,00, a título de valor de condomínio (R$ 79.884,70) e multa e dívida de aluguéres (R$ 38.215,91) estes dos meses de agosto, setembro de 2010 e 20 dias de outubro de 2010, referentes ao Contrato de Locação de Imóvel não residencial, na AV. José de Oliveira nº 179/181, Vl. Leopoldina/SP; tudo acrescido de juros e correção monetária convencionados e demais cominações de custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Estando a Ré em lugar ignorado, foi deferida a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os 30 dias supra, apresente resposta (artigo 335 do CPC), sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados na inicial nos termos do artigo 344 do CPC. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial artigo 257, inciso IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 06 de abril 2017. 31/05 e 01/06

EDITAL DE CITAÇÃO Processo nº: 0331478-32.2009.8.26.0100 Classe – Assunto: Usucapião - Registro de Imóveis Requerente: Luiz Moura Bispo e outro EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0331478-32.2009.8.26.0100 (IUSUC 1035) O(A) Doutor(a) Paulo César Batista dos Santos, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a(o)(s) Carlos Hermany Ferriani, Nicolina Ferriani, Vivaldino Ribeiro de Almeida, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Luiz Moura Bispo e Edilleusa Xavier Bispo ajuizou (ajuram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Tarapitinga, nº 315 - Vila Jacuí - Distrito de São Miguel Paulista - São Paulo - SP, com área de 124,59 m², contribuinte nº 112.584.0121-4 em área maior, alegando posse mansa e pacífica por tempo legal. Estando em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento do valor acima descrito, alegação, hipótese em que fará sentença de custas e honorários advocatícios, ou oferecer contestação, por prazo legal. Estando em lemos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 05 de maio de 2017. 01 e 02/06

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS -DESAPROPRIAÇÃO – LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS. **(Processo nº: 0026206-11.2013.8.26.0053).** Classe: Assunto: Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/941. Parte Ativa: SÃO PAULO OBRAS - SPOBras e outra. **EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS**, expedido nos autos do PROC. Nº 0026206-11.2013.8.26.0053 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Fernando Rodrigues Guerra, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE** que, por este Juízo, se processam os autos da ação de Desapropriação proposta pela São Paulo Obras - SPObras e Prefeitura do Município de São Paulo, em face de Benedito Thomé e espólio de Ana Rusiri Thomé, objetivando a desapropriação da área de 237,02m², (terreno e benfeitorias), situados na Rua dos Marapés nº 52, Campo Belo / Jabaquara, São Paulo/SP, contribuinte nº 091.046.0017.7, matrícula 81.155 do 9º CRI da Capital/SP. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Diário Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. ●

01 e 02/06

R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 16.500.437/0001-24 - NIRE 35.300.460.928

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 24/11/2016, às 10 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital da Companhia. **Ordem do Dia e Deliberações:** Restaram aprovadas por unanimidade dos acionistas: **(i)** o aumento do capital social, totalmente integralizado, de R$ 100.960.899,00 para R$ 107.080.899,00, com um aumento efetivo de R$ 6.120.000,00, mediante a emissão de 6.120.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 por ação. **(ii)** A acionista **Breof Partners Ltda.** ratificou expressa e previamente sua renúncia ao respectivo direito de preferência que lhe é conferido pelo Estatuto Social e pela Lei 6.404/76, no subscrição das novas ações, de quais foram totalmente subscritas pelo acionista **Breof Fundo de Investimento em Participações**, CNPJ/MF nº 11.288.558/0001-30. **(iii)** em virtude do aumento do capital social aprovado no item "I" acima, a alteração da redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a vigorar conforme abaixo: "**Artigo 5º** O capital social é de R$ 107.080.899,00, dividido em 107.080.899 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal". A presente Ata é publicada na forma de extrato, nos termos da Lei. Assinaturas: Mesa: Rodrigo Lacombe Abdud - Presidente e Rodrigo Avila Sarti – Secretário. Acionistas: **Breof Fundo de Investimento em Participações**, por **VBI Real Estate Gestão de Carteiras Ltda**, por Rodrigo Lacombe Abdud e Rodrigo Avila Sarti; e **Breof Partners Ltda.** por Rodrigo Lacombe Abdud e Rodrigo Avila Sarti. JUCESP nº 72.596/17-0 em 07/02/2017. Flávia R. Britto Gonçalves. Secretária Geral.

R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 16.500.437/0001-24 - NIRE 35.300.460.928

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 21/02/2017, às 10 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital da Companhia. **Ordem do Dia e Deliberações:** Restaram aprovadas pela unanimidade dos acionistas: **(i)** o aumento do capital social, totalmente integralizado, de R$ 107.080.899,00 para R$ 114.780.899,00, com um aumento efetivo de R$ 7.700.000,00, mediante a emissão de 7.700.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 por ação. **(ii)** A acionista **Breof Partners Ltda.** ratificou expressa e previamente sua renúncia ao respectivo direito de preferência que lhe é conferido pelo Estatuto Social e pela Lei 6.404/76, na subscrição das novas ações, de quais foram totalmente subscritas pelo acionista **Breof Fundo de Investimento em Participações**, CNPJ/MF nº 11.288.558/0001-30. **(iii)** em virtude do aumento do capital social aprovado no item "I" acima, a alteração da redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a vigorar conforme abaixo: "**Artigo 5º** O capital social é de R$ 114.780.899,00, dividido em 114.780.899 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal". A presente Ata é publicada na forma de extrato, nos termos da Lei. Assinaturas: Mesa: Rodrigo Lacombe Abdud - Presidente e Rodrigo Avila Sarti – Secretário. Acionistas: **Breof Fundo de Investimento em Participações**, por **VBI Real Estate Gestão de Carteiras Ltda**, por Rodrigo Lacombe Abdud e Rodrigo Avila Sarti; e **Breof Partners Ltda.** por Rodrigo Lacombe Abdud e Rodrigo Avila Sarti. JUCESP nº 129.911/17-3 em 15/03/2017. Flávia R. Britto Gonçalves. Secretária Geral.

R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 16.500.437/0001-24 - NIRE 35.300.460.928

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 24/03/2017, às 10 horas. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital da Companhia. **Ordem do Dia e Deliberações:** Restaram aprovadas pela unanimidade dos acionistas: **(i)** o aumento do capital social, totalmente integralizado, de R$ 114.780.899,00 para R$ 118.950.899,00, com um aumento efetivo de R$ 4.170.000,00, mediante a emissão de 4.170.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 por ação. **(ii)** A acionista **Breof Partners Ltda.** ratificou expressa e previamente sua renúncia ao respectivo direito de preferência que lhe é conferido pelo Estatuto Social e pela Lei 6.404/76, na subscrição das novas ações, de quais foram totalmente subscritas pelo acionista **Breof Fundo de Investimento em Participações**, CNPJ/MF nº 11.288.558/0001-30. **(iii)** em virtude do aumento do capital social aprovado no item "I" acima, a alteração da redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a vigorar conforme abaixo: "**Artigo 5º** O capital social é de R$ 118.950.899,00, dividido em 118.950.899 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal". A presente Ata é publicada na forma de extrato, nos termos da Lei. Assinaturas: Mesa: Rodrigo Lacombe Abdud - Presidente e Rodrigo Avila Sarti – Secretário. Acionistas: **Breof Fundo de Investimento em Participações**, por **VBI Real Estate Gestão de Carteiras Ltda**, por Rodrigo Lacombe Abdud e Rodrigo Avila Sarti; e **Breof Partners Ltda.** por Rodrigo Lacombe Abdud e Rodrigo Avila Sarti. JUCESP nº 169.000/17-9 em 07/04/2017. Flávia R. Britto Gonçalves. Secretária Geral.

ZANETTINI, BAROSSI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ nº 61.357.406/0001-10

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de Abril de 2017

Data, hora e local da assembleia: 26.04.2017, às 14:30 horas, na sede social, na Av. Carioca nº 446, Vila Carioca, São Paulo, SP; **Presença de acionistas**: 98,05572% das ações; **Mesa diretora dos trabalhos**: Roger Pires, presidente; Percilio Zanettini, secretário; **Publicações feitas no jornal O DIA**: (i) anúncio de convocação, na forma do art.133, da Lei nº 6.404/76, bem como da convocação, nos dias 22, 23 e 24 de março p passados, e; (ii) demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2016, no dia 25 de março p.passado; **Deliberações tomadas** - a) aprovação das contas do exercício social findo em 31.12.2016, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, tendo a acionista Maria Valdenice Zanettini Berardo, representada por seu advogado, Dr. Luciano de Araujo Ferrão, votado pela não aprovação em virtude da inexistência de auditoria externa; b) eleição dos membros do Conselho de Administração para o período 2017/2019, cujo mandato se estenderá até a assembleia geral ordinária a realizar-se no mês de abril de 2020, a saber: **Carlos Barossi Rodrigues**, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado na cidade de Cayoneta - PR 2046, AP93 - Vila Pinheiros, CEP 01258-010, RG nº 6.045.906 e CPF nº 808.936.358-04, **reeleito**; **Regina Luisa Barossi**, brasileira, divorciada, médica, RG nº 4.201.897-3 e CPF nº 791.757.759-91, domiciliada e residente nesta capital, na rua Bagé, nº 230, apto 11 B, CEP 04012-140, **reeleita**; **Maria Valdenice Zanettini Berardo**, brasileira, maior, fiúza, RG nº 27.920.401-2-SSP/SP e CPF nº 295.007.008-67, domiciliada e residente à R. Oswaldo Santos, 639 - Aeroporto - CEP 13478-230, **reeleita**; **Ricardo Tancredi Zanettini**, solteiro, casado, gerente, RG nº 32.254.761-1-SSP/SP e CPF nº 295.005.456-28, domiciliado e residente em Americana, SP, na Rua Riachuelo nº 755, Vila Santa Catarina, CEP 13466-290, **reeleito**; vencida a acionista Maria Valdenice Zanettini Berardo, que se candidatou, porém não foi eleita; indicação e aprovação dos nomes de Antonio Carlos Barossi para Presidente e Regina Luisa Barossi, para Vice-Presidente do Conselho de Administração, cujos dados pessoais e de membros do Conselho de Administração, não eleitos, permanecerão vagos até oportuno preenchimento; c) aprovada por unanimidade a fixação, para o exercício de 2017, da remuneração dos membros do Conselho de Administração, em até R$ 120.000,00 e dos membros da Diretoria, em até R$ 200.000,00, verbas essas isenções e gibidas, reajustáveis pelo INPC, e, nos limites dessas verbas, serão estabelecidas, de comum acordo, as remunerações individuais de Conselheiros e Diretores. Lavrada esta ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, foi lida e aprovada sem restrições. São Paulo, 26 de abril de 2017. Wagner Pofo (Presidente), Elina Percilioli (Secretária) - **Acionistas presentes**: p.p. de Ruth Antonia Barossi - Antonio Carlos Barossi, Wagner Pofo, Miguel Zanettini, Elina Percilioli, pessoas físicas; p.p. de Maria Valdenice Zanettini Berardo - Dr.Lucas de Araujo Ferrão, Jessica Tancredi Zanettini, Melissa Tancredi Zanettini, Ricardo Tancredi Zanettini, Regina Luisa Barossi. **Jucesp** - Registro sob o nº 243.235/17-3 em 29/05/17. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

FORO REGIONAL XI - PINHEIROS - 2ª VARA CÍVEL - *Rua Jericó s/n - Sala 243 - CEP 05351-000 - Fone: 2192-8400 - E-mail: pinheiros2cv@tjsp.jus.br* **EDITAL DE CITAÇÃO** - Processo Digital nº **1053364-06.2014.8.26.0011/01** - Classe - Assunto: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** - Exequente: **RESERVA BUTANTÃ SPE LTDA** - Executado: **AGEM PORTARIA E SERVIÇOS LTDA-EPP e OUTRO - EDITAL DE CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1053364-06.2014.8.26.0011/01** - O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **2ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL XI - PINHEIROS**, Estado de São Paulo, Dr(a). **ANDREA FERAZ CORREA**, na forma da Lei, etc... **FAZ SABER** a(o) **NEREIDE APARECIDA MARCONDES DA SILVA**, CPF 048.176.758-49, (incluída no polo passivo da demanda ajuizada por **RESERVA BUTANTÃ SPE LTDA**, em razão da decisão que desconsiderou a personalidade jurídica da executada Agem Portaria e Serviços Ltda Epp, fls) **INTIMADA** do bloqueio de valor de R$ 8.227,71, através do BACENJUD, bem como para que, querendo, apresente **IMPUGNAÇÃO** no prazo de **5 dias**, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **Nada mais.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de maio de 2017.

01 e 02/06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1021187-22.2015.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Regina de Oliveira Marques, na forma da Lei, etc. FAZ SABER à Raimundo Nonato de Jesus - CPF 011.058.658-00, que HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo lhe ajuizou ação de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 61.484,21 (maio de 2015), referente ao Contrato de